

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.(Companhia aberta)
CNPJ n.º 02.281.836/0001-37**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013**

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA) - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008.

Em 27.12.2013 foi aprovada pelos acionistas da TLSA a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste (composta por Malha I e Malha II) e a cisão parcial da TLSA, sendo sua parte cindida incorporada pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL. A cisão faz parte da proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I, que compreende os trechos ferroviários São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife, adquirida na privatização da RFFSA, e da Malha II, que compreende os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, que compreende a construção da nova ferrovia Nova Transnordestina (expansão da Malha Nordeste).

A autorização da cisão pela ANTT ocorreu em 20.09.2013, no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da Incorporadora e da Cindida), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, FDNE, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.728 km e um investimento orçado de R\$ 7,5 Bilhões. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 0,6% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,0% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa à maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo. Contempla também a instalação de terminais portuários de exportação de granéis sólidos, implantados estrategicamente próximos aos principais mercados consumidores e em portos capazes de operar com navios cape size, o que garantirá a competitividade do negócio.

A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2013, comparando-os com os resultados do ano de 2012.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste ano de 2013 compete destacar:

a. Receita Bruta de R\$ 73.802 mil, destes R\$ 52.900 de Receita Ferroviária;

b. Volume faturado de 482.064 mil TKU (tonelada útil por quilômetro) e 1.112 TU (toneladas úteis);

c. Continuamos avançando na renovação contratual com o maior *player* do segmento combustíveis, BR Distribuidora e estamos em fase final de contratação com as empresas Ipiranga Produtos de Petróleo e Raízen;

d. Avançamos no projeto Votoferro II com o Cliente Votorantim Cimentos que visa elevar os atuais volumes transportados (30 mil toneladas) para um patamar de 60 mil toneladas por mês, com previsão de investimentos do próprio cliente na cadeia de logística. Diversas reuniões feitas entre as Diretorias já definiram inclusive o montante dos investimentos e os ganhos esperados.

e. Finalizada a obra ferroviária da Apodi Cimentos no Porto do Pecém, o que permitirá o início dos transportes no início de 2014, permitindo uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa.

f. Avançamos nos volumes de transporte de Minério de Ferro da empresa Globest Mineração;

g. Após o sucesso do transporte "piloto" de containers 40OT para a empresa Vale, estamos configurando o novo contrato de transporte para o primeiro semestre de 2014;

h. Finalizado o contrato de Transporte Ferroviário e Operação Portuária com a Suzano Papel e Celulose. O volume estimado é de mais de 4 milhões de toneladas ao longo de 3 anos, o que trará um aumento significativo de receitas e de produção para a ferrovia ao longo de 2014.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2013 totalizou R\$ 73.802 mil (R\$ 80.461 mil em 2012) sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R\$ 52.900 mil (R\$ 65.070 mil em 2012), Direito de Passagem R\$ 17.291 mil (R\$ 13.443 mil em 2012) e Gestão Patrimonial R\$ 3.611 mil (R\$ 1.948 mil em 2013). Quando comparada com 2012, observa-se variação negativa de 8%, a qual foi impactada principalmente pela queda no faturamento ferroviário.

Em 2013 a empresa faturou no total 482.064 mil TKU e 482 TU, enquanto em 2012 esses números foram 700.639 mil TKU e 1.391 TU. Os segmentos de Energia, Construção, Siderurgia foram os que mais de destacaram em 2013, responsáveis por 84% da TKU transportada.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), foi de R\$ 109,74 em 2013, representando um aumento de 18% quando comparado a 2012 R\$ 92,87.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

O segmento com maior destaque em 2013 foi o de Energia, seguido pelo de Construção e Siderurgia, os quais juntos foram responsáveis por 83% (91% em 2012) da receita bruta ferroviária, equivalente a R\$ 43.968 mil do total de R\$ 52.900 (R\$ 58.972 mil do total de R\$ 65.070 mil em 2012).

A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação ao total da ROB, TU e TKU em 2012 e 2013.

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2012 e 2013

SEGMENTO	ANO	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
Agricultura	2012	1%	5	1%	2	1%	2
	2013	6%		3%		3%	
Carga Geral	2012	3%	1	4%	1	2%	1
	2013	4%		5%		3%	
Construção	2012	19%	0	33%	(2)	21%	2
	2013	19%		31%		23%	
Conteiner	2012	1%	0	0%	0	1%	0
	2013	1%		0%		1%	
Energia	2012	44%	8	37%	4	34%	9
	2013	52%		41%		43%	
Minério	2012	5%	1	7%	2	6%	2
	2013	6%		9%		8%	
Siderurgia	2012	27%	(15)	18%	(7)	35%	(17)
	2013	12%		11%		18%	
Aubos e Fertilizantes	2012	0%	(0)	0%	-	0%	(0)
	2013	0%		0%		0%	

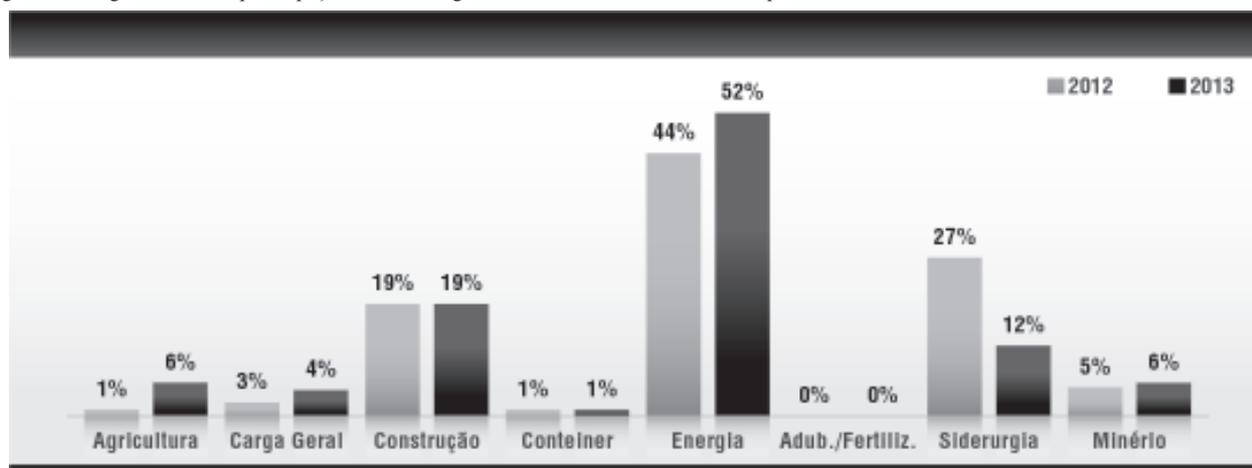
Os destaques no transporte do segmento de Energia são óleo diesel e gasolina. Juntos somam 206.143 mil TKU (237.502 mil TKU em 2012), representando praticamente 100% do total do segmento. A ROB para este segmento em 2013 foi de R\$ 27.365 (R\$ 28.941 mil em 2012). Em relação a ROB total o segmento de energia obteve um aumento de 8 pontos percentuais em relação a 2012.

O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento. Este produto teve uma queda no volume transportado de 17% em relação a 2012. Há também o transporte de Clínquer e Calcário responsáveis por 10% da receita deste segmento em 2013. No entanto, mesmo com a queda no volume transportado da principal mercadoria, este segmento manteve-se estável em relação à participação na ROB com 19% o que equivale a R\$ 12.510 e R\$ 10.277 mil, respectivamente aos períodos de 2012 e 2013.

No segmento de Agricultura, o faturamento em TKU, foi de 15.797 mil (7.859 mil TKU em 2012), onde o transporte farinha de trigo representa 55% e o restante corresponde ao transporte de milho em sacos. A ROB deste segmento corresponde a 6% o equivalente a R\$ 3.041 mil.

De maneira geral a Receita de Transporte Ferroviário Bruta teve um decréscimo de 18% em comparação com o ano de 2012 e decréscimo de 31% em relação ao volume de TKU transportada para o mesmo período.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

A área de negócio de São Luis participou com 51% da Receita de Transporte em 2013, com um total de R\$ 27.018 mil. O segmento predominante desta área é o de Energia representando R\$ 26.572 mil (98% do total). Há transporte também nos segmentos de Contêiner e Agricultura.

Em 2013 a receita referente à área de Fortaleza totalizou R\$ 25.882 mil, o que equivale a 49% do total da Receita de Transporte Ferroviário no período. Um aumento de 10 pontos percentuais em relação ao ano de 2012. Destaque para a movimentação no segmento de construção, responsável pela movimentação de 40% TKU nesta área, equivalente a ROB de R\$ 10.277 mil.

Não houve movimentação na área de negócio de Recife em 2013.

TOTAL ACUMULADO POR FILIAL PERÍODO 2012 e 2013

ÁREA NEGÓCIO	ANO	ROB	▲ R\$ MIL	TU MIL	▲ R\$ MIL	TKU MIL	▲ R\$
FORTALEZA	2012	25.582		751		306.697	
	2013	25.882	299	662	(89)	280.293	(26.404)
SÃO LUIS	2012	39.488	(12.470)	640	(191)	393.942	(192.171)
	2013	27.018		449		201.771	

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%) PERÍODO 2012 e 2013

ÁREA NEGÓCIO	ANO	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
FORTALEZA	2012	39%		54%		44%	
	2013	49%	10	60%	6	58%	14
SÃO LUIS	2012	61%	(10)	46%	(6)	56%	(14)
	2013	51%		40%		42%	

DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice que mede a Eficiência Energética aumentou 1,9% comparando-se os dois períodos. A média atual é de 7,74.

O índice de acidente por milhão trem/km melhorou 31,7%. A média atual é de 79,35.

O índice de Aderência (pontualidade na partida de trens) subiu 0,3% e está com média atual de 78,94.

CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R\$ 47.116 mil em 2013 sem depreciação (R\$ 50.811 mil em 2012) representando um decréscimo de 7% (R\$ 3.695 mil) quando comparado ao ano anterior.

O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R\$ 22.268 mil reais (47%), R\$ 15.479 mil reais (33%) e R\$ 9.369 mil reais (20%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais acumulado 2013 chegou a R\$ 13.087 mil.

INVESTIMENTOS

As obras de implantação da Ferrovia Nova Transnordestina avançam em conformidade com as negociações que estão sendo realizadas entre a Concessionária e o Governo Federal. São destaques a continuidade do processo de adequação orçamentária aliado à nova estruturação do projeto (de cunho estratégico e estruturante), que se encontram em avançado estágio de negociação com os principais agentes envolvidos nesta obra, o avanço da montagem de grade em Salgueiro - Missão Velha, Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Suape, totalizando 383 km de grade ferroviária montada.

Somente no Projeto Nova Transnordestina foram investidos em 2013 R\$ 822,5 mi e no mesmo período em 2012 R\$ 847,2 mi.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

· As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/CE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de manutenção da via estão sendo realizados, atualmente;

· As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. As obras avançam na parte de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura, apresentando avanços de 99%, 98% e 70%, respectivamente;

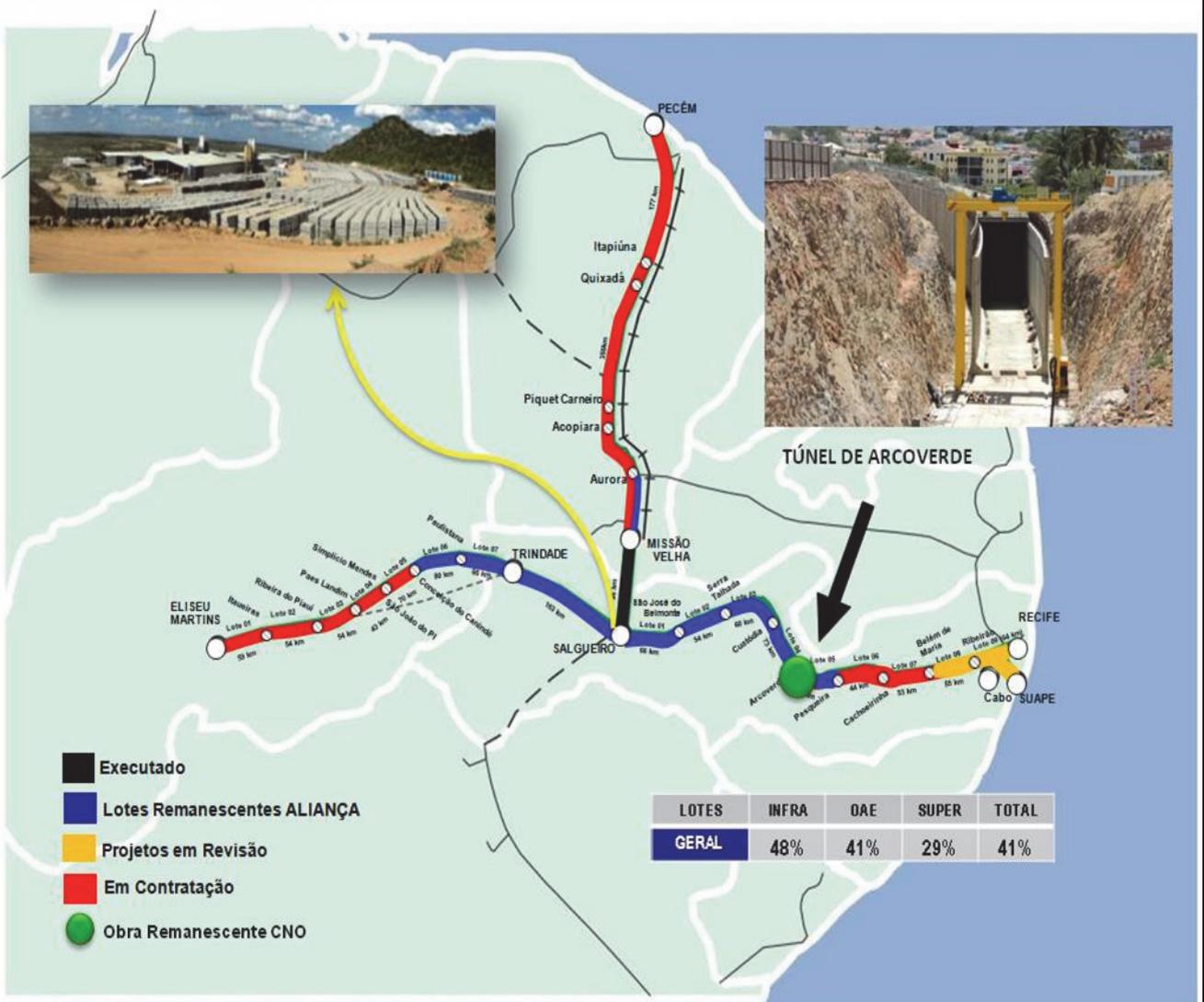
· As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 420 km, foram executadas nos lotes EMT 01, 02, 05, 06 e 07, e representam um avanço total de 42% de infraestrutura e 35% de OAE;

· As obras do trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE, com extensão de 522 km, têm 306 km com obras iniciadas, correspondendo aos lotes do Projeto: SPS-01 ao SPS-05, com avanços representativos na infraestrutura. Os lotes 01, 02 e 03 encontram-se em processo de conclusão dos serviços, restando apenas serviços finais de acabamento (drenagem e hidrossemeadura). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde;

· Os trilhos que serão utilizados nos trechos de: Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Salgueiro - Porto de Suape e Eliseu Martins - Trindade, totalizam aproximadamente 167 mil toneladas, destas, 133 mil toneladas foram recebidas através do Porto do Mucuripe-CE e 34 mil toneladas foram recebidas através do Porto de Recife - PE.

O investimento acumulado no projeto Nova Transnordestina é de R\$ 4,633 bilhões.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, referente ao mês de dezembro de 2013.



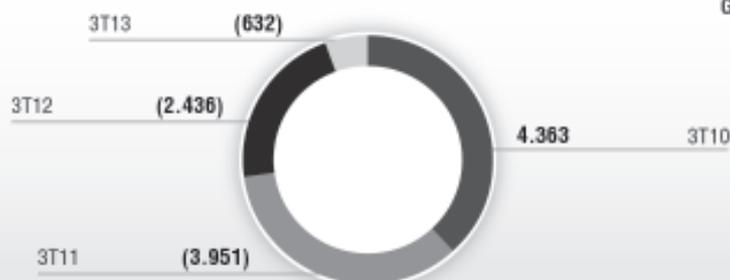
Já no Projeto da malha atual, a Companhia em 2013 investiu até novembro R\$ 47,096 mi, contra R\$ 54,089 mi em 2012. O investimento foi maior em 2012, aplicado principalmente na recuperação de superestrutura de Via Permanente.



O número de colaboradores em 2013 foi de 1.272 pessoas, contra o total de 1.087 em 2012.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Gráfico do EBITDA Ajustado



	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do período	(57.712)	(76.021)	(56.578)
(+) Tributos sobre o lucro	-	-	-
(+) Despesas financeiras líquidas das receitas financeiras	18.857	35.729	5.352
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	15.968	14.810	27.131
LAJIDA (EBITDA)	(22.887)	(25.482)	(24.095)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	17.115	22.594	16.336
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) (*)	(5.772)	(2.887)	(7.759)

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de (R\$ 5.772) mil negativos em 2013.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de (R\$ 11.349) mil negativos em 2013.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	195.830	39.195	Fornecedores	13	32.550	287.167
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	-	6.042	Empréstimos e financiamentos a recolher	14	15.569	39.791
Estoques	8	812	19.745	Impostos e contribuições a recolher		14.346	20.063
Impostos a recuperar	9	10.086	29.928	Partes relacionadas	11	76.870	43.127
Despesas antecipadas	10	10.605	16.353	Outras contas a pagar		9.289	7.646
Outras contas a receber		763	3.200	Debêntures	15	957	81.885
Total dos ativos circulantes		218.096	114.463	Adiantamento de clientes		-	1.724
Não Circulantes				Total dos passivos circulantes		149.581	481.403
Aplicação financeira	6	116.505	116.725	Não Circulantes			
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	-	2.338	Empréstimos e financiamentos	14	603.323	685.769
Depósitos judiciais	16	3.606	13.065	Debêntures	15	2.580.842	1.721.892
Impostos a recuperar	9	109.169	107.957	Receita diferida	17	-	7.307
Imobilizado	12	5.087.629	4.770.434	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	16	1.900	32.420
Intangível		10.128	94	Partes relacionadas	11	295.255	166.149
Total dos ativos não circulantes		5.327.037	5.010.613	Outras contas a pagar		-	1.533
				Adiantamento para futuro aumento do capital	11	200.000	121.262
				Total dos passivos não circulantes		3.681.320	2.736.332
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18	2.282.671	2.317.722
				Prejuízos acumulados		(568.439)	(410.381)
				Total do patrimônio líquido		1.714.232	1.907.341
Total dos ativos		5.545.133	5.125.076	Total dos passivos e patrimônio líquido		5.545.133	5.125.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais - R\$ mil)

Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.894.142	(334.360)	1.559.782
Aumento de capital	423.580	-	423.580
Prejuízo do exercício	-	(76.021)	(76.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.317.722	(410.381)	1.907.341
Aumento de capital	18 158.399	-	158.399
Redução de capital por cisão parcial	4 (193.450)	-	(193.450)
Prejuízo do exercício	-	(158.058)	(158.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.282.671	(568.439)	1.714.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 21 acordos de concessão.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., com a Transnordestina S.A. e os órgãos da Administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Nova Transnordestina".

A nova ferrovia, com extensão de 1.728 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE). Em 2009 a Companhia contratou a Construtora Norberto Odebrecht para executar o trecho de Eliseu Martins (PI) até o Porto de SUAPE (PE), conforme cronograma do projeto. Em 31 de dezembro de 2013, após revisão de quantitativos estimados para a finalização da construção, o cronograma do "Projeto Nova Transnordestina" apresenta-se com evolução de 39% (39% em 31 de dezembro de 2012), o qual tem previsão inicial de conclusão até setembro de 2016.

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A., registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do

prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em agosto de 2013 foi celebrado distrato entre a Transnordestina Logística S.A. e Construtora Norberto Odebrecht. Encontra-se em avançado estágio de negociação, a contratação de construtora que irá substituí-la.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente aos acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente para este projeto é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 230 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1.143 milhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2013 foram investidos no projeto o montante de R\$ 4,605 bilhões (R\$ 3,703 bilhões em 31 de dezembro de 2012), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 354 milhões, FNE R\$ 153 milhões, FDNE R\$ 2,170 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. R\$ 265 milhões e recursos da controladora R\$ 1,438 bilhões.

À CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidades de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver detalhes na nota explicativa nº 4).

Em 31 de dezembro de 2013, o estágio das obras nos trechos da Malha II apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) - 100% (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) - 81%, Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) - 42%, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) - 55%, Missão Velha (CE) - Pecém (CE) - 4%.

Continuidade operacional

Em decorrência da cisão, a Companhia passou a estar em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II, prevista para setembro de 2016, quando então iniciará sua operação. O Projeto Transnordestina conta com recursos de seus acionistas, e está em conformidade com o acordo de investimento celebrado entre os acionistas da Companhia, em 20 de setembro de 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com propósito específico da emissão de laudo para fins de cisão, em atendimento à instrução CVM 319/99.

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 17 de fevereiro de 2014.

b. Base de comparação

Em decorrência da cisão parcial (ver detalhes na nota explicativa nº 4), o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013 não contempla os ativos e passivos referentes à Malha I refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 30 de novembro de 2013, especialmente para esta finalidade, os quais foram cindidos e incorporados pela FTL. Portanto, o resultado, o resultado abrangente, o fluxo de caixa e o valor adicionado apresentados nas demonstrações levantadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 consideram a operação de onze meses e, conseqüentemente, as bases de comparação são diferentes em relação às demonstrações apresentadas para o exercício anterior.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a

moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Contabilização da provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber.
- Nota 12 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).
- Nota 16 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reco-

nhcimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

· Custo de aquisição de *Softwares* 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos

mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

k. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de

10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Impacto de novas legislações

Medida Provisória nº 627/2013 (“MP 627”)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9

IFRIC 21

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 27

Alterações às IAS 19

Alterações às IAS 32

Alterações às IAS 36

Alterações às IAS 39

Alterações às IFRSs

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Adicionalmente, a IFRS 9 foi alterada em 2013 para incluir um novo modelo de contabilidade de hedge (*hedge accounting*) desenhado para ser melhor alinhado em relação a como uma entidade trata suas atividades de administração na exposição de riscos financeiros e não financeiros. Em reunião realizada em novembro de 2013, o IASB decidiu provisoriamente que a aplicação mandatória da IFRS 9 não seria antes de períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 tenha efeito relevante sobre os saldos reportados, principalmente com relação aos ativos e passivos financeiros (por exemplo, os investimentos em títulos resgatáveis atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no fim dos períodos de relatório subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada desses impactos.

IFRIC 21 Levies (Taxas)

A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. Um passivo é reconhecido nas demonstrações financeiras somente quando o evento que gera a obrigação ocorre.

A Administração do Grupo não espera que a IFRIC 21 tenha algum efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras, considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento.

Alterações à IAS 19 Planos de Benefícios Definidos: Contribuições de Empregados

As alterações à IAS 19 esclarecem os requerimentos relacionados a como contribuições de empregados ou terceiros relacionados a serviços devem ser atribuídas. Adicionalmente, essas alterações permitem recurso específico quando os valores das contribuições forem independentes do número de anos de serviços prestados.

A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui nenhum ativo nem passivo financeiro que se qualificam para compensação.

Alterações à IAS 36 Divulgação de Valor Recuperável para Ativos Não-Financeiros

vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

A Administração analisou os impactos tributários dos novos dispositivos e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração está analisando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória.

n. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

As alterações à IAS 36 reduzem as circunstâncias nas quais o valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa deve ser divulgado, esclarecem as divulgações requeridas e introduzem um requerimento explícito de divulgação da taxa de desconto utilizada na determinação da provisão para redução ao valor recuperável (ou reversão) onde o valor recuperável (baseado no valor justo menos custos para venda) é determinado utilizando-se uma técnica de desconto a valor presente.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 36 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia já efetua as divulgações necessárias. Em 2013, a Companhia realizou o estudo quanto ao valor recuperável do imobilizado e a provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. As divulgações do valor recuperável para o imobilizado estão na nota explicativa nº 11.

Alterações à IAS 39 novação de derivativos

As alterações à IAS 39 permitem a continuidade da aplicação do *hedge accounting* (de acordo com a IAS 39 ou com os conceitos de *hedge accounting* trazidos pela IFRS 9) quando um derivativo é novado e certas condições são atendidas.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 39 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro derivativo qualificável para fins de aplicação de *hedge accounting*.

Alterações às IFRSs Ciclo de Melhorias Anuais 2010-2012

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2010-2012 incluem várias alterações em diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Administração não acredita que a adoção dessas alterações à IAS 39 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

4. CISÃO PARCIAL SEGUIDA DE INCORPORAÇÃO

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL), sociedade ligada da Companhia.

A cisão faz parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Companhia e a FTL nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuri, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) (“Parcela Cindida”) e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e teve a sua implementação na forma do dispos-

to no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação ("Protocolo"), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia ("Justificações").

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi reduzido em R\$ 193.450, sendo a referida redução integralmente destinada à conta de capital social, com o cancelamento de 3.513.739 ações ordinárias, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreende aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.

Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:

Acervo patrimonial em 30/11/2013	
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	686
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231
Estoques	18.484
Impostos a recuperar	7.016
Outras contas a receber	581
	30.998
Ativos não circulantes	
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338
Partes relacionadas	178.937
Depósitos judiciais	14.442
Impostos a recuperar	11.596
Imobilizado	174.973
	382.286
	413.284
Total dos ativos	
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	25.662
Impostos e contribuições a recolher	4.681
Partes relacionadas	7.486
Outras contas a pagar	7.632
Adiantamento de clientes	1.842
	70.013
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	100.528
Receita diferida	6.799
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis	32.190
Partes relacionadas	5.958
Outras contas a pagar	1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813
	149.821
	219.834
Total dos passivos	219.834
Patrimônio líquido contábil	193.450

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	947	23.064
Aplicações financeiras	194.883	16.131
Total	195.830	39.195

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 75% a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (99% a 100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

A variação significativa do período decorre da liberação de nova emissão de debêntures conforme nota explicativa nº 15.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no montante de R\$ 116.505 (R\$ 116.725 em 31 de dezembro de 2012), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato nos anos de 2027 e 2028, respectivamente, e remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Clientes	-	9.323
Provisão para redução do valor recuperável	-	(3.281)
	-	6.042
Não Circulante		
Crédito com Companhia pública e autárquica - RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.	-	2.338
Total	-	8.380

O saldo de contas a receber de clientes foi integralmente absorvido pelo acervo patrimonial cindido e incorporado pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver nota explicativa nº 4).

31/12/2013 31/12/2012

Composição da carteira por idade de vencimento

A vencer	-	3.478
De 1 a 30 dias	-	2.350
De 31 a 60 dias	-	165
De 61 a 90 dias	-	101
De 91 a 180 dias	-	5
Acima de 181 dias	-	5.562
Total	-	11.661

Movimentação da provisão no exercício

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial em 31/12/2012	3.281	2.654
(+) Constituição de provisão no exercício	253	880
(-) Reversão de provisão no exercício	(1.094)	(253)
(-) Baixa por cisão patrimonial parcial	(2.440)	-
(=) Saldo final em 31/12/2013	-	3.281

8. ESTOQUES

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Almoxarifado	812	16.583
Outros	-	3.162
Total	812	19.745

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ICMS	29.131	36.116
ICMS sobre ativo imobilizado	52.932	58.850
COFINS	9.915	9.591
COFINS sobre ativo imobilizado	12.185	15.958
PIS	2.289	2.220
PIS sobre ativo imobilizado	2.717	3.535
IRPJ sobre aplicação financeira	9.449	9.008
Outros	637	2.607
Total	119.255	137.885
Circulante	10.086	29.928
Não Circulante	109.169	107.957

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis a partir do início das operações da Nova Transnordestina.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado, a partir do mês de agosto de 2004. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos que são realizados através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo a parte da operação atual apropriada mensalmente ao resultado, e a parte referente ao Projeto Nova Transnordestina capitalizada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, bem como, de seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

11. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013, os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Controladora

A controladora direta da Companhia é a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, detendo 77,3% de participação (76,1% em 31 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia não incorreu em transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços.

A Companhia realizou as demais transações a seguir listadas com estas partes relacionadas diretas e indiretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL- Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	BNDES	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Juros capitalizados (c)	37.942	1.275	16.779	-	55.996	17.414
Passivo						
Empréstimos e Financiamentos (a)	-	-	279.283	-	279.283	408.111
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	-	-	-	200.000	200.000	121.262
Contrato de mútuo (c)	267.943	104.182	-	-	372.125	209.276
Resultado						
Despesas financeiras, líquidas	826	-	7.996	-	8.822	19.188

(a) BNDES - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota 13 para detalhes adicionais.

(b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pela controladora.

(c) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto a controladora possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.

b. Honorários da Diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Transnordestina Logística S.A. inclui os membros do Conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Transnordestina Logística S.A. apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumulada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	31/12/2013
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	4.106

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação	Líquido
Imobilização em andamento - Geral (c)	-	5.087.629	-	5.087.629
Total		5.087.629	-	5.087.629

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	25.636	(8.915)	16.721
Vagões e veículos	20	663	(661)	2
Benfeitoria em propriedade arrendada (b)	-	322.552	(103.268)	219.284
Trilhos	4	11.765	(5.209)	6.556
Dormentes	19,39	61.766	(50.972)	10.794
Equipamentos de comunicação	20	934	(868)	66
Lastro	3,33	8.444	(3.708)	4.736
Outras imobilizações	15	7.356	(1.155)	6.201
Total imobilizado em operação		439.116	(174.756)	264.360
Imobilização em andamento - Geral (c)	-	4.506.074	-	4.506.074
Total		4.945.190	(174.756)	4.770.434

Movimentação

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas (a)	Depre- ciação Sinistro	Transfe- rência	Baixa por cisão parcial (d)	Saldo em 31/12/2013
Imobilização em operação, líquida							
Máquinas e equipamentos	16.721	-	(7.382)	(972)	-	663	(9.030)
Vagões e veículos	2	-	-	(1)	-	-	(1)
Benfeitoria em propriedade arrendada (b)	219.284	-	-	(9.473)	-	147	(209.958)
Trilhos	6.556	-	-	(391)	-	-	(6.165)
Dormentes	10.794	-	-	(3.829)	-	-	(6.965)
Equipamentos de telecomunicação	66	-	-	(21)	-	2	(47)
Lastro	4.736	-	-	(279)	-	-	(4.457)
Outras imobilizações	6.201	-	-	(72)	-	64	(6.193)
Total	264.360	-	(7.382)	(15.038)	-	876	(242.816)
Imobilização em andamento - Geral (c)	4.506.074	802.112	(10.881)	-	2.653	(876)	(211.453)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	-	-	-	-	279.296
Total	4.770.434	522.816	(18.263)	(15.038)	2.653	-	(174.973)

(a) A baixa em Imobilizações em andamento, refere-se a reclassificação de R\$ 10.069 referente a softwares relacionados ao Projeto SAP para o Ativo Intangível e de R\$ 812 referente a peças sobressalentes para o Estoque.

(b) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1, representadas por:

	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação % 31/12/2013	Taxa anual de depreciação % 31/12/2012
Edificações	25 anos	-	4,00
Via permanente	60 anos	-	1,66
Veículos	10 anos	-	10,00
Locomotivas	25 anos	-	4,00
Vagões	30 anos	-	3,33
Instalações	10 anos	-	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	-	5,00

(c) Mais detalhes sobre a natureza das obras em andamento ver nota explicativa nº 1.

(d) Mais detalhes sobre a natureza das obras em andamento ver nota explicativa nº 4.

De acordo com a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 180.488 (R\$ 123.019, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das

principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Adicionalmente a totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrada nas obras em andamento. Os demais ativos oriundos da RFFSA e que fazem parte do contrato de concessão estão totalmente depreciados.

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2012 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: (i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio líquido que não divergem do seu valor contábil; (ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderiam afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; (iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos. Nesta análise, a Companhia avaliou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado considerando a existência de apenas uma unidade geradora de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a cisão desproporcional da Companhia ocorrida em dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da malha I (em operação) e da malha II (projeto Nova Transnordestina). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 279.296, reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano e 8,5% na análise efetuada em 31 de dezembro de 2012.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado do exercício.

13. FORNECEDORES

Fornecedor para aquisição de imobilizado	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Outros	32.550	225.000
Total	-	62.167
	32.550	287.167

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
BNDES (a)	2019	TJLP + 1,50% a.a.	279.283	408.111
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	319.765	299.943
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	19.844	17.506
BB (**)			-	-
Total			618.892	725.560
(-) Circulante			(15.569)	(39.971)
Não Circulante			603.323	685.769

Movimentação

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>	<u>Adições/ Liberações</u>	<u>Atualização Financeira (*)</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Baixa por cisão parcial</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>
BNDES (a)	408.111	-	24.775	(22.598)	(8.123)	2.338	-	(125.220)	279.283
BNB (b)	299.943	24.518	28.944	(5.357)	(28.283)	-	-	-	319.765
Banco Itaú (c)	17.506	2.323	987	-	(972)	-	-	-	19.844
BB (**)	-	-	-	-	-	-	970	(970)	-
Total	725.560	26.481	54.706	(27.955)	(37.378)	2.338	970	(126.190)	618.892

(*) A atualização financeira inclui R\$ 32.759 capitalizado e R\$ 21.947 de despesa de juros, estando apresentada líquida das amortizações dos custos de transação no valor de R\$ 2.338.

(**) Referente à reclassificação da conta garantida utilizada no saldo de R\$ 970, em 31 de dezembro de 2013, anteriormente apresentada de forma líquida no saldo de "Caixa e bancos", demonstrado na nota explicativa nº 4.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2027.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia amortizou o montante de R\$ 30.721 (R\$ 36.260 em 31 de dezembro de 2012) sendo R\$ 22.598 (R\$ 24.653 em 31 de dezembro de 2012) de principal e R\$ 8.123 (R\$ 11.607 em 31 de dezembro de 2012) de encargos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não havia recebido novas liberações de recursos para o Projeto Nova Transnordestina.

Cronograma de desembolsos BNDES

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	24.839
2014	-	49.616
2015	37.277	46.217
2016 a 2027	242.006	287.439
Total	279.283	408.111

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Nova Transnordestina e revitalização da malha atual. A liberação dos recursos restantes está condicionada a prestação de contas da utilização dos recursos liberados.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 26/09/11). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela Controladora. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 28.283 (R\$ 24.622 em 31 de dezembro de 2012) a título de encargos financeiros e de R\$ 5.357 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2012) a título de principal.

Cronograma de desembolsos BNB

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	14.916
2014	14.426	53.884
2015	13.020	12.693
2016 a 2027	292.319	218.450
Total	319.765	299.943

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

c. Banco Itaú BBA S.A. - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

Em 13 de junho de 2013, a Companhia recebeu a título de liberação parcial o valor de R\$ 2.323, referente a um novo crédito obtido junto ao Banco Itaú no valor total de R\$ 301.713, recursos esses também originários da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tendo por finalidade a aquisição de 886 vagões do tipo HFT, 42 vagões do tipo PET e 286 vagões do tipo GDT, dando assim continuidade ao processo de modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 972 (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2012) a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos Itai

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	36
2014	1.143	1.092
2015	2.450	2.184
2016 a 2027	16.251	14.194
Total	19.844	17.506

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, bem como projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

15. DEBÊNTURES

No exercício de 2011, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Até 31 de dezembro de 2013, o montante de debêntures acrescido de juros era de R\$ 2.581.799, conforme abaixo:

	<u>Data da emissão</u>	<u>Principal na data da emissão</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Saldo atualizado em 31/12/2013</u>	<u>Saldo atualizado em 31/12/2012</u>
1ª Emissão	09/03/2010	336.647	84.544	421.191	397.430
2ª Emissão	25/11/2010	350.270	69.702	419.972	396.281
3ª Emissão	01/12/2010	338.036	67.069	405.105	382.255
4ª Emissão	04/10/2011	468.293	65.623	533.916	503.799
5ª Emissão	19/09/2012	121.860	9.565	131.425	124.012
6ª Emissão	24/06/2013	650.000	20.190	670.190	-
Total		2.265.106	316.693	2.581.799	1.803.777
(-) Circulante			(957)	(81.885)	
Não Circulante			2.580.842	1.721.892	

Movimentação

Saldo

31/12/2012

1.803.777

Liberações

650.000

Atualização financeira (*)

131.123

Amortização de juros

(3.101)

Saldo 31/12/2013

2.581.799

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

Em 2 de outubro de 2013, ocorreu o 8º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de outubro de 2013, foi adiado para 3 de abril de 2015, em 26 parcelas semestrais e consecutivas.

a. 1ª emissão

Em 9 de março de 2010, a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 336.647 referentes a primeira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 1ª emissão
 Série da emissão: Primeira
 Data de emissão: 09/03/2010
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 336.647.184
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 336.647.184,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.

Garantias:Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

b. 2ª emissão

Em 25 de novembro de 2010, a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 350.270 referentes à segunda liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 2ª emissão
 Série da emissão: Segunda
 Data de emissão: 25/11/2010
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 350.270.386
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 350.270.386,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.

Garantias:Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

c. 3ª emissão

Em 1º de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a 3ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 338.036 referentes a terceira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 3ª emissão
 Série da emissão: Terceira
 Data de emissão: 01/12/2010
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 338.035.512
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 338.035.512,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.

Garantias:Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conforme cláusula de conversibilidade, as debêntures poderão ser convertidas em ações pela SUDENE, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou resgate, e respeitando o limite de 50% de cada parcela semestral.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, onde o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

d. 4ª emissão

Em 4 de outubro de 2011, a Companhia efetuou a 4ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 468.293 referentes a quarta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 4ª emissão
 Série da emissão: Quarta
 Data de emissão: 04/10/2011
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 468.293.037
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 468.293.037,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.

Garantias:Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

e. 5ª emissão

Em 19 de setembro de 2012, a Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 121.860 referentes a quinta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	5ª emissão
Série da emissão:	Quinta
Data de emissão:	19/09/2012
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	121.859.549
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 121.859.549,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.

Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

f. 6ª emissão

Em 24 de junho de 2013, a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 650.000 referentes a sexta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	6ª emissão
Série da emissão:	Sexta
Data de emissão:	24/06/2013
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	650.000.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 650.000.000,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.

Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.

Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela semestral de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipó-

teses:

- Incurrir em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total da garantia é R\$ 6.360 mil e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 2.672 mil.

Relação das garantias:

- Fiança corporativa da CSN até o limite de 40% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- Fundo de liquidez representado por aplicações financeira em conta corrente;
- Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais já existentes, restritos ao valor de R\$ 10.535;
- Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 168.844.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	1.900	-	1.900	7.134
Trabalhistas (b)	-	3.606	(3.606)	681
Tributárias (c)	-	-	-	(3.262)
Previdenciárias	-	-	-	570
Ativos da RFFSA (d)	-	-	-	774
Passivos ambientais	-	-	-	2.100
Outras contingências (e)	-	-	-	6.158
Multa Poder Concedente (f)	-	-	-	5.200
Total	1.900	3.606	(1.706)	19.355

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2012				31/12/2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas(*)	Utilização	Baixa por cisão parcial (**)	Saldo final
Cíveis	7.285	2.642	(226)	(122)	(7.679)	1.900
Trabalhistas	7.892	2.602	(1.291)	(1.163)	(8.040)	-
Tributárias	2.441	46	-	-	(2.487)	-
Previdenciária	570	114	-	-	(684)	-
Outras provisões	14.232	968	(1.900)	-	(13.300)	-
Total	32.420	6.372	(3.417)	(1.285)	(32.190)	1.900

(*) As baixas ocorridas em 2013 foram decorrentes de diminuição dos valores de riscos, bem como das mudanças de grau dos riscos dos processos.

(**) Ver nota explicativa nº 4.

a. Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001, a parte autora aduz em sua exordial ser "legítima credora da Requerida da importância de R\$ 1.342". A Companhia efetuou o Depósito Judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012 e requereu que o valor depositado em juízo, fosse substituído por fiança bancária. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 1.900.

b. Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no

montante de R\$ 119.702, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra a Aliança, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho contra a Aliança, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Em dezembro de 2013, houve o arquivamento do distrato decorrente da Aliança entre a Transnordestina Logística S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht, no qual está previsto a extinção em caráter definitivo do litígio objeto do processo arbitral. No referido distrato, ficou acordado a quitação da dívida pelo montante de R\$ 118.750 mil, no qual foram realizados acertos de contas, pagamentos e compensações, e cujos valores encontravam-se devidamente provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo as principais causas:

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001149-49.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visa computar na jornada de trabalho as horas de trajeto, além do cumprimento do intervalo intrajornada e a concessão de intervalo para alimentação. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2012).

- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.122 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2012).

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001150-34.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visando o cumprimento das normas de Segurança e Medicina do Trabalho. Realizado acordo em janeiro/2012. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 50.000 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2012).

- Auto de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia - PE geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2013, R\$ 13.877 e R\$ 5.020, respectivamente (R\$ 11.970 e R\$ 4.330, respectivamente em 31 de dezembro de 2012).

17. RECEITA DIFERIDA

Em 31 de dezembro de 2012, refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

O saldo de receita diferida foi integralmente absorvido pelo acervo patrimonial cindido e incorporado pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver nota explicativa nº 4).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 31.192.536 ações nominativas (32.046.612 em 31 de dezembro de 2012), sendo 22.909.814 ações ordinárias (23.853.431 em 31 de dezembro de 2012) e 8.282.722 ações preferenciais (8.193.181 em 31 de dezembro de 2012), sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2013 e dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	31/12/2013	31/12/2012
Taquari Participações S.A.	-	753.324
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.111.790	24.397.350
BNDES Participações - BNDESPAR	1.753.387	1.658.120
FINOR	-	513.582
FINAME	565.755	261.563
BNDES	2.189.729	1.890.798
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	2.571.875	2.571.875
Demais acionistas	-	-
Total	31.192.536	32.046.612

A movimentação de capital durante o exercício findo 31 de dezembro de 2013 ocorreu da seguinte forma:

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2012	Adições	Cisão	Transferências	31/12/2013
Taquari Participações S.A.	753.324	-	(729.177)	(24.147)	-
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.397.350	2.570.122	(2.784.562)	(71.120)	24.111.790
BNDES Participações - BNDESPAR	1.658.120	-	-	95.267	1.753.387
FINOR - BNB	513.582	89.541	-	(603.123)	-
FINAME	261.563	-	-	304.192	565.755
BNDES	1.890.798	-	-	298.931	2.189.729
VALEC	2.571.875	-	-	-	2.571.875
Total	32.046.612	2.659.663	(3.513.739)	-	31.192.536

Em 25 de janeiro de 2013, o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR integralizou 89.541 novas ações nominativas preferenciais, classe "B", sem direito a voto, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 60,58, perfazendo um aumento total no valor de R\$ 5.424.

Em 25 de fevereiro de 2013, a Companhia foi autorizada a transferir 89.541 ações subscritas pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 15 de março foram transferidas 57.421 ações ordinárias a BNDES Participações S.A., sendo 33.274 transferidas pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, e 24.147 transferidas pela empresa Taquari Participações S.A., conforme Termo de Compromisso assumido entre as partes.

Em 20 de maio de 2013, a Companhia foi autorizada a transferir 513.582 ações subscritas pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, sendo 209.390 destinadas ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e 304.192 ao FINAME.

Em 27 de maio de 2013, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 132.527 (cento e trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), mediante a emissão de 2.226.609 (duas milhões, duzentas e vinte e seis mil, seiscentas e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 59,52 (cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 21 de outubro de 2013, a Companhia foi autorizada a transferir 37.846 ações subscritas pela Companhia Siderúrgica Nacional, ao BNDES Participações S.A.

Em 25 de outubro de 2013, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 20.446 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais), mediante a emissão de 343.513 (trezentas e quarenta e três mil, quinhentas e treze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 59,52 (cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 27 de dezembro de 2013, a Companhia reduziu, em decorrência da cisão parcial da Transnordestina Logística S.A., o capital social de R\$ 193.450 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), mediante cancelamento de 3.513.739 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas

· Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

· Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais neste exercício, comparativamente com o exercício de 2012 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2013	31/12/2012
			Total	Total
Prejuízo do exercício			(154.976)	(76.021)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício	25.207.045	8.276.589	33.484.434	29.181.850
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)			(4,7203)	(2,6050)
Prejuízo diluído por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação			(154.976)	(76.021)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	25.207.045	8.276.589	33.484.434	29.181.850
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)			(4,7203)	(2,6050)

(*) Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2013	31/12/2012
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	2.147	1.455

19. RECEITA LÍQUIDA**Receita bruta**

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de serviços de transportes	50.590	62.397
Receita acessórias de serviços de transporte	2.311	2.673
Receita com direito de passagem	17.291	13.443
Receita com gestão patrimonial	3.611	1.948
Total da receita bruta	73.803	80.461

Deduções da receita bruta

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	(6.430)	(7.913)
PIS	(1.246)	(1.331)
COFINS	(5.739)	(6.130)
ISS	(857)	(706)
Deduções e Abatimentos	(1.065)	(73)
	(15.337)	(16.153)
Receita líquida dos serviços prestados	58.465	64.308

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Clientes	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Maior cliente	11.778	16	15.778	20
2º e 3º maiores clientes	15.549	21	28.631	35
Outros	46.476	63	36.052	45
Total	73.803	100	80.461	100

20. DESPESAS POR NATUREZA**Custos**

	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	(22.268)	(18.377)
Material	(18.074)	(13.391)
Serviço	(9.538)	(14.412)
Depreciação e amortização	(10.960)	(18.044)
Total dos custos	(60.840)	(64.224)

Despesas com vendas

Folha de pagamento	(1.316)	(1.112)
Serviço	573	(1.425)
Depreciação e amortização	(59)	(63)
Total das despesas com vendas	(802)	(2.600)

Despesas administrativas e gerais

Folha de pagamento	(8.471)	(7.332)
Material	(3.456)	(3.031)
Serviço	(4.450)	(3.483)
Depreciação e amortização	(2.186)	(1.335)
Total das despesas administrativas	(18.563)	(15.181)

Outras despesas (receitas) operacionais

Provisão para contingências	1.055	(11.039)
Provisão para provável perda nos estoques	(251)	-
Despesas com arrendamento de bens	(41)	(46)
Despesas com concessão	(2)	(2)
Baixas de créditos não dedutíveis	(17)	(100)
Multas	(3.883)	(625)
Outras despesas	(13.984)	(8.552)
Depreciação e amortização	(2.645)	(106)
Provisão para redução a valor recuperável	(279.296)	-
Recebimento de sinistro	15.716	-
Baixa de ativo	(13.063)	-
Impostos incidentes sobre outras receitas	-	(2.480)
Outras receitas operacionais	-	249
Total das outras despesas operacionais	296.411	(22.595)

21. ACORDOS DE CONCESSÃO

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor pagar até final da concessão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecido no resultado o montante de aproximadamente R\$ 1.664 referente às parcelas do arrendamento e concessão.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Juros	77	1.212
Outros	6.640	7.440
	6.717	8.652
Despesas financeiras		
Juros (*)	(12.462)	(34.496)
IOF (a)	(5.647)	(3.116)
Comissões de fianças bancárias	(4.664)	(2.518)
Outros	(2.788)	(4.251)
	(25.561)	(44.381)
Resultado financeiro	(18.844)	(35.729)

(*) A variação significativa do exercício refere-se a estorno de juros decorrentes de empréstimos específicos ao Projeto Nova Transnordestina, os quais são passíveis de capitalização.

(a) Variação do IOF - Refere-se ao significativo aumento de captação de recursos através de contratos de mútuos com a controladora, contratados durante o primeiro semestre de 2013, em montante superior ao mesmo período do ano anterior.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a. Composição dos saldos**

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	116.505	116.725
Contas a receber de clientes	-	6.042
Total	116.505	122.767

Passivos financeiros							31/12/2013
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	618.892	7.264	8.305	52.619	254.034	296.670	
Debêntures	2.581.799	155.740	98.366	295.099	885.296	1.147.298	
Mútuo	372.125	34.623	42.247	295.255	-	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	41.839	41.839	-	-	-	-	
Total	3.614.655	239.466	148.918	642.793	1.139.330	1.443.968	
Passivos financeiros não derivativos							31/12/2012
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	725.560	19.411	20.379	105.529	115.020	465.221	
Debêntures	1.803.777	-	81.885	224.805	819.754	677.333	
Mútuo	209.276	-	43.127	166.149	-	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	291.974	290.441	-	-	-	1.533	
Total	3.030.587	309.852	145.391	496.483	934.774	1.144.087	

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.
Aplicações financeiras
Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.
Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.
Empréstimos e financiamentos
O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 30 de novembro de 2013 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.
O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.
Fornecedores e outras contas a pagar
Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.
O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Riscos operacionais
Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I (ver nota explicativa nº 4), a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início das operações previsto para setembro de 2016. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.
Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d. Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.
A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

e. Risco de liquidez
As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa 22 a.

f. Risco de taxas de juros
Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

g. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos em CDI	311.387	132.856
Passivos em TJLP	2.861.084	2.231.957

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com CDI à taxa de 8,29% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 1 (variação de 25%)	Cenário 2 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	2.861.084	TJLP a 5% (143.054)	TJLP a 3,75% (107.291)	TJLP a 2,5% (71.527)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	311.387	CDI a 8,29%	CDI a 10,36%	CDI a 12,44%
Receita financeira		25.814	32.267	38.721
Variação negativa	Risco	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Transação				
Empréstimo em TJLP	2.861.084	TJLP a 5% (143.054)	TJLP a 6,25% (178.818)	TJLP a 7,5% (214.581)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	311.387	CDI a 8,29%	CDI a 6,22%	CDI a 4,15%
Receita financeira		25.814	19.360	12.907

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.
A Companhia registrou em 30 de novembro de 2013 o valor de R\$ 178.937 como ativo fiscal diferido, conforme abaixo:
Em 29 de novembro de 2013 a Companhia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) assinaram instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R\$ 526.285 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R\$ 526.285, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9%

(nove por cento), resultando no valor de R\$ 178.937, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilize seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN pagará R\$ 178.937, devendo o montante ser liquidado até 29 de maio de 2015, corrigido pela variação da taxa Selic. O crédito resultante da operação foi integralmente absorvido pelo acervo patrimonial cindido e incorporado pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver nota explicativa nº 4).

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2013, a Companhia possui cobertura de seguros para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1 bilhão e sublimite para danos da natureza de R\$ 50.000, e seguro de responsabilidade civil para a obra com limite máximo de R\$ 50 milhões, ambos com vigência até dezembro de 2015.

26. SINISTRO

Durante o período entre 17 a 20 de junho de 2010, ocorreram fortes chuvas nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Em decorrência, a linha Tronco Sul Recife, que liga Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL), sofreu danos nos vários trechos, desde o km 29 até o km 450, causados por alagamentos em diversas localidades, afetando a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária.

Desde o ocorrido foram realizados, por equipe interna de engenharia e via permanente, diversas vistorias com o objetivo de identificar, registrar e quantificar as perdas oriundas dos incidentes de junho de 2010. A equipe interna foi composta por profissionais com experiência em obras de engenharia/construção e com vasto conhecimento do trecho em questão (antes e depois das intervenções realizadas).

Para quantificação do valor contábil dos diversos itens apurados descritos acima foram utilizados os preços unitários com base nos valores contratados, realizados e registrados nos livros contábeis.

Recebimento de sinistro	(15.716)
Baixa de ativo imobilizado - obras em andamento	13.063

27. COMPROMISSOS FUTUROS

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Nova Transnordestina em 2016, a Administração da Companhia vem evitando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia já possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos assinados para prestação de serviços futuros, bem como, um Memorando de Entendimento com vista a transportar minério cujo volume poderá atingir 15 MM/ton. ano.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

31/12/2013

<i>Transações não oriundas da incorporação de saldos:</i>	
Provisão para fornecedores - imobilizado	32.550
Encargos capitalizados (financiamentos)	32.759
Encargos capitalizados (debêntures)	131.123
Encargos capitalizados (mútuo)	39.217
Rendimentos capitalizados	22.611
Integralização de AFAC	152.975
Baixa de Ativo Imobilizado	7.382
Cessão de créditos de prejuízos fiscais	78.937
Liquidação do saldo a receber das variações patrimoniais através de baixa de débitos com partes relacionadas	25.760
Apropriação de despesas antecipada de seguro capitalizada	3.799

Transações oriundas da incorporação de saldos:

- Reconhecimento de bens, direitos e obrigações em decorrência de cisão societária (ver nota explicativa nº 4):

Caixa e equivalentes de caixa	(686)
Contas a receber de clientes e outros créditos	(6.569)
Estoques	(18.484)
Impostos a recuperar	(18.612)
Outras contas a receber	(581)
Partes relacionadas (saldos ativos)	(178.937)
Depósitos judiciais	(14.442)
Imobilizado	174.973
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	126.910
Partes relacionadas (saldos passivos)	13.444
Outras contas a pagar	9.165
Adiantamento de clientes	1.842
Receitas diferidas	6.799
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	32.190
Adiantamento para futuro aumento do capital	2.813
Capital social	193.450

29. TERMOS E ACORDOS FIRMADOS

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou o (i) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Nordeste, que compreende os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau ("Malha I") e de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II"), para nele incluir as obrigações assumidas pela TLSA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLSA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

Também foram assinados nesta data, (i) um novo Acordo de Acionistas da TLSA entre CSN, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE ("FDNE") e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), com a intervenção da TLSA, cuja eficácia fica condicionada à cisão desproporcional da TLSA, a ser implementada nos termos da Resolução ANTT nº 4.042/2013; e (ii) o Acordo de Investimentos entre CSN, Valec e FDNE, com a intervenção da TLSA, que, além de outros temas, trata do novo orçamento e das fontes de recursos que precisarão ser aportados na TLSA ou financiados para a implantação da Malha II.

A assinatura destes instrumentos tem por objetivo o reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão da Malha Nordeste, levando à prorrogação do período de concessão governamental para exploração dos serviços da Malha II, que poderá chegar até 2057, e a segregação dos ativos líquidos ligados à Malha I, os quais serão incorporados em uma nova Companhia. A cisão é importante para as duas Companhias (cindida e incorporadora), na medida em que resultou em benefícios às operações e aos negócios das sociedades envolvidas, de ordem administrativa, econômica e financeira.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 7 de janeiro de 2014, houve ingresso de R\$ 200 milhões na Companhia referente a aporte realizado pela acionista Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. a título de adiantamento para futuro aumento de capital, a ser integralizado no primeiro trimestre de 2014.

Em 7 de janeiro de 2014, a Companhia efetuou a liquidação de contratos de mútuo com a Companhia Siderúrgica Nacional no montante de R\$ 180 milhões.

DIRETORIA

Ricardo Fernandes

Diretor de Finanças e Administração

Edison Pinto Coelho

Diretor de Planejamento e Engenharia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Benjamim Steinbruch

Conselheiro

Antônio Bernardo Vieira Maia

Conselheiro

Arno Schwarz

Conselheiro

Yoshiaki Nakano

Conselheiro

Raquel de Souza Lima

Conselheira

Luiz Carlos de Almeida Júnior

Conselheiro

Marília Dalva Costa Vieira

Conselheira

Rodrigo Nogueira Silva – CRC CE 023.516/O-8 – Contador Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia após a cisão parcial de seus ativos para a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., encontra-se em fase de construção do Projeto Transnordestina. Este projeto conta com recursos de seus acionistas, e está sendo executado em conformidade com o acordo de investimento celebrado por seus acionistas, em 20 de setembro de 2013. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de 2012

As demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por nós, que emitimos relatório datado de 26 de março de 2013 com parágrafo de ênfase relacionado à continuidade dos negócios da Companhia.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2014

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O - 8 “F” CE
Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/0-8 “T” BA “S” CE

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA) - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008.

Em 27.12.2013 foi aprovada pelos acionistas da TLSA a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste (composta por Malha I e Malha II) e a cisão parcial da TLSA, sendo sua parte cindida incorporada pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL. A cisão faz parte da proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I, que compreende os trechos ferroviários São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife, adquirida na privatização da RFFSA, e da Malha II, que compreende os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, que compreende a construção da nova ferrovia Nova Transnordestina (expansão da Malha Nordeste).

A autorização da cisão pela ANTT ocorreu em 20.09.2013, no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da Incorporadora e da Cindida), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, FDNE, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto Nova Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.728 km e um investimento orçado de R\$ 7,5 Bilhões. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 0,6% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,0% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa à maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo. Contempla também a instalação de terminais portuários de exportação de graneis sólidos, implantados estrategicamente próximos aos principais mercados consumidores e em portos capazes de operar com navios cape size, o que garantirá a competitividade do negócio.

A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2013, comparando-os com os resultados do ano de 2012.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste ano de 2013 compete destacar:

- Receita Bruta de R\$ 73.802 mil, destes R\$ 52.900 de Receita Ferroviária;
- Volume faturado de 482.064 mil TKU (tonelada útil por quilômetro) e 1.112 TU (toneladas úteis);
- Continuamos avançando na renovação contratual com o maior player do segmento combustíveis, BR Distribuidora e estamos em fase final de contratação com as empresas Ipiranga Produtos de Petróleo e Raizen;
- Avançamos no projeto Votoferro II com o Cliente Votorantim Cimentos que visa elevar os atuais volumes transportados (30 mil toneladas) para um patamar de 60 mil toneladas por mês, com previsão de investimentos do próprio cliente na cadeia de logística. Diversas reuniões feitas entre as Diretorias já definiram inclusive o montante dos investimentos e os ganhos esperados.
- Finalizada a obra ferroviária da Apodi Cimentos no Porto do Pecém, o que permitirá o início dos transportes no início de 2014, permitindo uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa.
- Avançamos nos volumes de transporte de Minério de Ferro da empresa Globest Mineração;
- Após o sucesso do transporte "piloto" de containers 40OT para a empresa Vale, estamos configurando o novo contrato de transporte para o primeiro semestre de 2014;
- Finalizado o contrato de Transporte Ferroviário e Operação Portuária com a Suzano Papel e Celulose. O volume estimado é de mais de 4 milhões de toneladas ao longo de 3 anos, o que trará um aumento significativo de receitas e de produção para a ferrovia ao longo de 2014.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2013 totalizou R\$ 73.802 mil (R\$ 80.461 mil em 2012) sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R\$ 52.900 mil (R\$ 65.070 mil em 2012), Direito de Passagem R\$ 17.291 mil (R\$ 13.443 mil em 2012) e Gestão Patrimonial R\$ 3.611 mil (R\$ 1.948 mil em 2013). Quando comparada com 2012, observa-se variação negativa de 8%, a qual foi impactada principalmente pela queda no faturamento ferroviário.

Em 2013 a empresa faturou no total 482.064 mil TKU e 482 TU, enquanto em 2012 esses números foram 700.639 mil TKU e 1.391 TU. Os segmentos de Energia, Construção, Siderurgia foram os que mais de destacaram em 2013, responsáveis por 84% da TKU transportada.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), foi de R\$ 109,74 em 2013, representando um aumento de 18% quando comparado a 2012 R\$ 92,87.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

O segmento com maior destaque em 2013 foi o de Energia, seguido pelo de Construção e Siderurgia, os quais juntos foram responsáveis por 83% (91% em 2012) da receita bruta ferroviária, equivalente a R\$ 43.968 mil do total de R\$ 52.900 (R\$ 58.972 mil do total de R\$ 65.070 mil em 2012).

A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação ao total da ROB, TU e TKU em 2012 e 2013.

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%) PERÍODO 2012 e 2013

Segmento	Ano	Percentual ROB		Percentual TU		Percentual TKU	
		ROB	▲ p.p.	TU	▲ p.p.	TKU	▲ p.p.
Agricultura	2012	1%	5	1%	2	1%	2
	2013	6%		3%		3%	
Carga Geral	2012	3%	1	4%	1	2%	1
	2013	4%		5%		3%	
Construção	2012	19%	0	33%	(2)	21%	2
	2013	19%		31%		23%	
Container	2012	1%	0	0%	0	1%	0
	2013	1%		0%		1%	
Energia	2012	44%	8	37%	4	34%	9
	2013	52%		41%		43%	
Minério	2012	5%	1	7%	2	6%	2
	2013	6%		9%		8%	
Siderurgia	2012	27%	(15)	18%	(7)	35%	(17)
	2013	12%		11%		18%	
Adubos e Fertilizantes	2012	0%	(0)	0%	-	0%	(0)
	2013	0%		0%		0%	

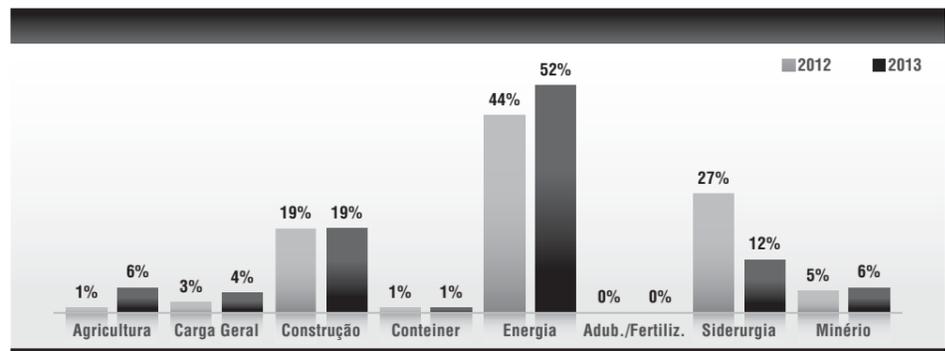
Os destaques no transporte do segmento de Energia são óleo diesel e gasolina. Juntos somam 206.143 mil TKU (237.502 mil TKU em 2012), representando praticamente 100% do total do segmento. A ROB para este segmento em 2013 foi de R\$ 27.365 (R\$ 28.941 mil em 2012). Em relação a ROB total o segmento de energia obteve um aumento de 8 pontos percentuais em relação a 2012.

O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento. Este produto teve uma queda no volume transportado de 17% em relação a 2012. Há também o transporte de Clínquer e Calcário responsáveis por 10% da receita deste segmento em 2013. No entanto, mesmo com a queda no volume transportado da principal mercadoria, este segmento manteve-se estável em relação à participação na ROB com 19% o que equivale a R\$ 12.510 e R\$ 10.277 mil, respectivamente aos períodos de 2012 e 2013.

No segmento de Agricultura, o faturamento em TKU, foi de 15.797 mil (7.859 mil TKU em 2012), onde o transporte farinha de trigo representa 55% e o restante corresponde ao transporte de milho em sacos. A ROB deste segmento corresponde a 6% o equivalente a R\$ 3.041 mil.

De maneira geral a Receita de Transporte Ferroviário Bruta teve um decréscimo de 18% em comparação com o ano de 2012 e decréscimo de 31% em relação ao volume de TKU transportada para o mesmo período.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

A área de negócio de São Luis participou com 51% da Receita de Transporte em 2013, com um total de R\$ 27.018 mil. O segmento predominante desta área é o de Energia representando R\$ 26.572 mil (98% do total). Há transporte também nos segmentos de Contêiner e Agricultura.

Em 2013 a receita referente à área de Fortaleza totalizou R\$ 25.882 mil, o que equivale a 49% do total da Receita de Transporte Ferroviário no período. Um aumento de 10 pontos percentuais em relação ao ano de 2012. Destaque para a movimentação no segmento de construção, responsável pela movimentação de 40% TKU nesta área, equivalente a ROB de R\$ 10.277 mil.

Não houve movimentação na área de negócio de Recife em 2013.

TOTAL ACUMULADO POR FILIAL PERÍODO 2012 e 2013

Área negócio	Ano	ROB	▲ R\$ mil	TU mil	▲ R\$ mil	TKU mil	▲ R\$
Fortaleza	2012	25.582	299	751	(89)	306.697	(26.404)
	2013	25.882		662		280.293	
São Luis	2012	39.488	(12.470)	640	(191)	393.942	(192.171)
	2013	27.018		449		201.771	

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%) PERÍODO 2012 e 2013

Área negócio	Ano	Percentual ROB		Percentual TU		Percentual TKU	
		ROB	▲ p.p.	TU	▲ p.p.	TKU	▲ p.p.
Fortaleza	2012	39%	10	54%	6	44%	14
	2013	49%		60%		58%	
São Luis	2012	61%	(10)	46%	(6)	56%	(14)
	2013	51%		40%		42%	

DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice que mede a Eficiência Energética aumentou 1,9% comparando-se os dois períodos. A média atual é de 7,74.

O índice de acidente por milhão trem/km melhorou 31,7%. A média atual é de 79,35.

O índice de Aderência (pontualidade na partida de trens) subiu 0,3% e está com média atual de 78,94.

CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R\$ 47.116 mil em 2013 sem depreciação (R\$ 50.811 mil em 2012) representando um decréscimo de 7% (R\$ 3.695 mil) quando comparado ao ano anterior.

O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R\$ 22.268 mil reais (47%), R\$ 15.479 mil reais (33%) e R\$ 9.369 mil reais (20%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais acumulado 2013 chegou a R\$ 13.087 mil.

INVESTIMENTOS

As obras de implantação da Ferrovia Nova Transnordestina avançam em conformidade com as negociações que estão sendo realizadas entre a Concessionária e o Governo Federal. São destaques a continuidade do processo de adequação orçamentária aliado à nova estruturação do projeto (de cunho estratégico e estruturante), que se encontram em avançado estágio de negociação com os principais agentes envolvidos nesta obra, o avanço da montagem de grade em Salgueiro - Missão Velha, Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Suape, totalizando 383 km de grade ferroviária montada.

Somente no Projeto Nova Transnordestina foram investidos em 2013 R\$ 822,5 mi e no mesmo período em 2012 R\$ 847,2 mi.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/CE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de manutenção da via estão sendo realizados, atualmente;
- As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. As obras avançam na parte de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura, apresentando avanços de 99%, 98% e 70%, respectivamente;

continua...

Transnordestina Logística S.A.

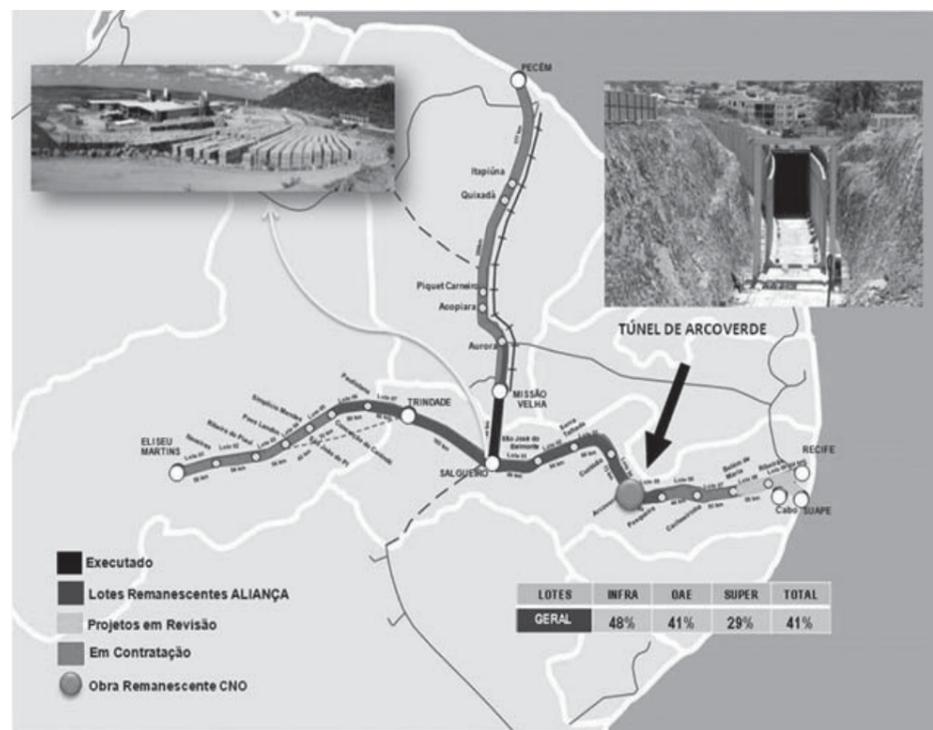
CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 420 km, foram executadas nos lotes EMT 01, 02, 05, 06 e 07, e representam um avanço total de 42% de infraestrutura e 35% de OAE;
- As obras do trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE, com extensão de 522 km, têm 306 km com obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05, com avanços representativos na infraestrutura. Os lotes 01, 02 e 03 encontram-se em processo de conclusão dos serviços, restando apenas serviços finais de acabamento (drenagem e hidrossemeadura). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde;
- Os trilhos que serão utilizados nos trechos de: Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Salgueiro - Porto de Suape e Eliseu Martins - Trindade, totalizam aproximadamente 167 mil toneladas, destas, 133 mil toneladas foram recebidas através do Porto do Mucuri-CE e 34 mil toneladas foram recebidas através do Porto de Recife - PE.

O investimento acumulado no projeto Nova Transnordestina é de R\$ 4,633 bilhões.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, referente ao mês de dezembro de 2013.



Já no Projeto da malha atual, a Companhia em 2013 investiu até novembro R\$ 47,096 mi, contra R\$ 54,089 mi em 2012. O investimento foi maior em 2012, aplicado principalmente na recuperação de superestrutura de Via Permanente.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	195.830	39.195
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	-	6.042
Estoques	8	812	19.745
Impostos a recuperar	9	10.086	29.928
Despesas antecipadas	10	10.605	16.353
Outras contas a receber		763	3.200
Total dos ativos circulantes		218.096	114.463
Não Circulantes			
Aplicação financeira	6	116.505	116.725
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	-	2.338
Depósitos judiciais	16	3.606	13.065
Impostos a recuperar	9	109.169	107.957
Imobilizado	12	5.087.629	4.770.434
Intangível		10.128	94
Total dos ativos não circulantes		5.327.037	5.010.613
Total dos ativos		5.545.133	5.125.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de serviços	19	58.465	64.308
Custos dos serviços prestados	20	(60.840)	(64.224)
Lucro (prejuízo) bruto		(2.375)	84
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	20	(18.563)	(15.181)
Despesas com vendas	20	(802)	(2.600)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(296.411)	(22.595)
Resultado antes do resultado financeiro		(318.151)	(40.292)

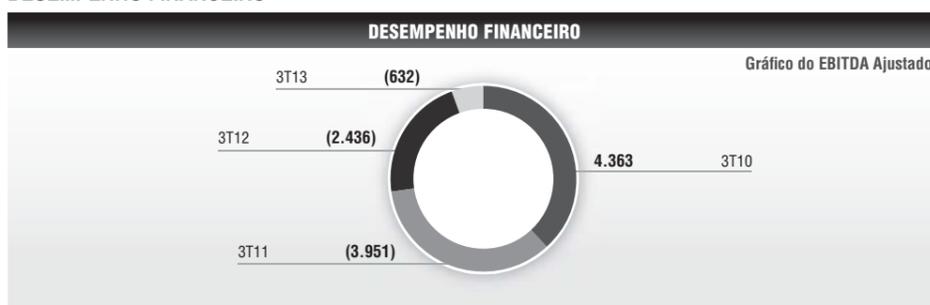
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PESSOAL



O número de colaboradores em 2013 foi de 1.272 pessoas, contra o total de 1.087 em 2012.

DESEMPENHO FINANCEIRO



	2013	2012	2011
Lucro líquido do período	(57.712)	(76.021)	(56.578)
(+) Tributos sobre o lucro	-	-	-
(+) Despesas financeiras líquidas das receitas financeiras	18.857	35.729	5.352
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	15.968	14.810	27.131
LAJIDA (EBITDA)	(22.887)	(25.482)	(24.095)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	17.115	22.594	16.336
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) (*)	(5.772)	(2.887)	(7.759)

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de (R\$ 5.772) mil negativos em 2013.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de (R\$ 11.349) mil negativos em 2013.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo do exercício	(158.058)	(76.021)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(158.058)	(76.021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011		1.894.142	(334.360)	1.559.782
Aumento de capital		423.580	-	423.580
Prejuízo do exercício		-	(76.021)	(76.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.317.722	(410.381)	1.907.341
Aumento de capital	18	158.399	-	158.399
Redução de capital por cisão parcial	4	(193.450)	-	(193.450)
Prejuízo do exercício		-	(158.058)	(158.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.282.671	(568.439)	1.714.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2013	31/12/2012
Receitas	89.338	80.010
Vendas de serviços	72.738	80.388
Outras receitas	15.758	249
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	842	(627)
Insumos adquiridos de terceiros	(342.373)	(54.617)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(18.778)	(21.091)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.058)	(10.703)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - Adm./Coml.	(5.881)	(5.436)
Provisão para redução ao valor recuperável	(279.296)	-
Outras - materiais de consumo Adm./Coml. e outros	(34.360)	(17.387)
Valor adicionado bruto	(253.035)	25.393
Depreciação, amortização e exaustão	(15.850)	(19.442)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(268.885)	5.951
Valor adicionado recebido em transferência	6.717	8.652
Receitas financeiras	6.717	8.652
Valor adicionado total a distribuir	(262.168)	14.603
Distribuição do valor adicionado	(262.168)	14.603
Pessoal	30.825	27.185
Remuneração direta	20.971	16.105
Benefícios	8.479	6.936
FGTS	1.375	1.592
INSS (incluindo SAT)	-	2.552
Impostos, taxas e contribuições	(156.259)	21.678
Federais	(163.546)	10.576
Estaduais	6.430	10.386
Municipais	857	716
Remuneração de capitais de terceiros	21.324	41.761
Juros	14.715	35.766
Aluguéis	1.408	496
Outras	5.201	5.499
Remuneração de capitais próprios	(158.058)	(76.021)
Prejuízo do exercício	(158.058)	(76.021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(158.058)	(76.021)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	15.850	19.442
Provisão para perda de estoque	251	-
Variações monetárias e juros - líquido	22.773	39.065
Provisão (reversão) para contingências	1.055	9.848
Apropriação de receita diferida	(508)	(554)
Ganhos ou perdas na baixa de ativo imobilizado - sinistro	(2.653)	-
Reversão da provisão de juros de mútuo - capitalização	(10.380)	-
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	(841)	627
Baixa de custo de transação de empréstimo	2.338	-
Rendimentos de aplicação financeira	(77)	-
Provisão para redução ao valor recuperável	279.296	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(178.937)	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.652	(392)
Estoques	1.010	(8.437)
Depósitos judiciais	(3.083)	4.762
Impostos a recuperar	18	(11.740)
Adiantamento a fornecedores	-	(343)
Outras contas a receber	(23.904)	(217)
Despesas antecipadas	1.949	(14.869)
Fornecedores	(257.075)	(114.149)
Adiantamento de clientes	118	118
Outras contas a pagar	9.275	(3.800)
Impostos e contribuições a recolher	(4.174)	9.536
Contingências	(1.285)	-
Juros pagos	(55.166)	(33.989)
Arrendamento e concessão principal pago	-	(2.000)
Juros recebidos	-	(1.213)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(359.556)	(184.326)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira circulante	22.908	8.355
Aquisição de imobilizado e Intangível	(575.672)	(761.638)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(552.764)	(753.283)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento na emissão de ações preferenciais	5.424	56.194
Aporte de capital de acionistas	-	367.387
Captação de AFAC com a controladora	234.526	99.281
Emissão de debêntures conversíveis	650.000	121.860
Obtenção de financiamentos com o BNDES e FNE	-	25.205
Obtenção de financiamentos com o BNB-FNE	24.518	66.936
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas	292.389	163.509
Obtenção de financiamentos FINAME	2.323	17.469
Obtenção de financiamentos Banco do Brasil	970	-
Amortização de financiamentos com o BNDES	(22.598)	(24.653)
Amortização de financiamentos com o BNB	(5.357)	-
Amortização de financiamentos com partes relacionadas	(112.554)	(12.492)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.069.641	880.696
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	157.321	(56.913)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.195	96.108
Efeito da cisão parcial sobre o saldo de caixa	(686)	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	195.830	39.195
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	157.321	(56.913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 21 acordos de concessão.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., com a Transnordestina S.A. e os órgãos da Administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Nova Transnordestina".

A nova ferrovia, com extensão de 1.728 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE). Em 2009 a Companhia contratou a Construtora Norberto Odebrecht para executar o trecho de Eliseu Martins (PI) até o Porto de SUAPE (PE), conforme cronograma do projeto. Em 31 de dezembro de 2013, após revisão de quantitativos estimados para a finalização da construção, o cronograma do "Projeto Nova Transnordestina" apresenta-se com evolução de 39% (39% em 31 de dezembro de 2012), o qual tem previsão inicial de conclusão até setembro de 2016.

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A., registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em agosto de 2013 foi celebrado distrato entre a Transnordestina Logística S.A. e Construtora Norberto Odebrecht. Encontra-se em avançado estágio de negociação, a contratação de construtora que irá substituí-la. Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente aos acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente para este projeto é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$ 230 milhões do acionista

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1.143 milhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2013 foram investidos no projeto o montante de R\$ 4,605 bilhões (R\$ 3,703 bilhões em 31 de dezembro de 2012), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 354 milhões, FNE R\$ 153 milhões, FDNE R\$ 2,170 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. R\$ 265 milhões e recursos da controladora R\$ 1,438 bilhões.

À CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidades de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL - Ferrovias Transnordestina Logística S.A. (ver detalhes na nota explicativa nº 4).

Em 31 de dezembro de 2013, o estágio das obras nos trechos da Malha II apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) - 100% (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) - 81%, Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) - 42%, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) - 55%, Missão Velha (CE) - Pecém (CE) - 4%.

Continuidade operacional

Em decorrência da cisão, a Companhia passou a estar em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II, prevista para setembro de 2016, quando então iniciará sua operação. O Projeto Transnordestina conta com recursos de seus acionistas, e está em conformidade com o acordo de investimento celebrado entre os acionistas da Companhia, em 20 de setembro de 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com propósito específico da emissão de laudo para fins de cisão, em atendimento à instrução CVM 319/99.

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 17 de fevereiro de 2014.

b. Base de comparação

Em decorrência da cisão parcial (ver detalhes na nota explicativa nº 4), o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013 não contempla os ativos e passivos referentes à Malha I refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 30 de novembro de 2013, especialmente para esta finalidade, os quais foram cindidos e incorporados pela FTL. Portanto, o resultado, o resultado abrangente, o fluxo de caixa e o valor adicionado apresentados nas demonstrações levantadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 consideram a operação de onze meses e, conseqüentemente, as bases de comparação são diferentes em relação às demonstrações apresentadas para o exercício anterior.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Contabilização da provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber.
- Nota 12 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).
- Nota 16 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Custo de aquisição de *Softwares* 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

k. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Impacto de novas legislações

Medida Provisória nº 627/2013 ("MP 627")

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

A Administração analisou os impactos tributários dos novos dispositivos e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração está analisando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória.

n. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
IFRIC 21	Levies (Taxas) (1)
Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 27	Entidades de Investimento (1)
Alterações à IAS 19	Planos de Benefícios Definidos: Contribuições de Empregados (1)
Alterações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
Alterações à IAS 36	Divulgação de Valor Recuperável para Ativos Não-Financeiros (1)
Alterações à IAS 39	Novação de Derivativos e Continuação de <i>Hedge Accounting</i> (1)
Alterações às IFRSs	Ciclo de Melhorias Anuais 2010-2012 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desconhecimento. Adicionalmente, a IFRS 9 foi alterada em 2013 para incluir um novo modelo de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) desenhado para ser melhor alinhado em relação a como uma entidade trata suas atividades de administração na exposição de riscos financeiros e não financeiros.

Em reunião realizada em novembro de 2013, o IASB decidiu provisoriamente que a aplicação mandatória da IFRS 9 não seria antes de períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 tenha efeito relevante sobre os saldos reportados, principalmente com relação aos ativos e passivos financeiros (por exemplo, os investimentos em títulos resgatáveis atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no fim dos períodos de relatório subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada desses impactos.

IFRIC 21 Levies (Taxas)

A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. Um passivo é reconhecido nas demonstrações financeiras somente quando o evento que gera a obrigação ocorre.

A Administração do Grupo não espera que a IFRIC 21 tenha algum efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras, considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento.

Alterações à IAS 19 Planos de Benefícios Definidos: Contribuições de Empregados

As alterações à IAS 19 esclarecem os requerimentos relacionados a como contribuições de empregados ou terceiros relacionados a serviços devem ser atribuídas. Adicionalmente, essas alterações permitem recurso específico quando os valores das contribuições forem independentes do número de anos de serviços prestados.

A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui nenhum ativo nem passivo financeiro que se qualificam para compensação.

Alterações à IAS 36 Divulgação de Valor Recuperável para Ativos Não-Financeiros

As alterações à IAS 36 reduzem as circunstâncias nas quais o valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa deve ser divulgado, esclarecem as divulgações requeridas e introduzem um requerimento explícito de divulgação da taxa de desconto utilizada na determinação da provisão para redução ao valor recuperável (ou reversão) onde o valor recuperável (baseado no valor justo menos custos para venda) é determinado utilizando-se uma técnica de desconto a valor presente.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 36 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia já efetua as divulgações necessárias. Em 2013, a Companhia realizou o estudo quanto ao valor recuperável do imobilizado e a provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. As divulgações do valor recuperável para o imobilizado estão na nota explicativa nº 11.

Alterações à IAS 39 novação de derivativos

As alterações à IAS 39 permitem a continuidade da aplicação do *hedge accounting* (de acordo com a IAS 39 ou com os conceitos de *hedge accounting* trazidos pela IFRS 9) quando um derivativo é novado e certas condições são atendidas.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 39 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro derivativo qualificável para fins de aplicação de *hedge accounting*.

Alterações às IFRSs Ciclo de Melhorias Anuais 2010-2012

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2010-2012 incluem várias alterações em diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Administração não acredita que a adoção dessas alterações à IAS 39 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

4. CISÃO PARCIAL SEGUIDA DE INCORPORAÇÃO

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL), sociedade ligada da Companhia.

A cisão faz parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Companhia e a FTL nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) ("Parcela Cindida") e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e teve a sua implementação na forma do disposto no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação ("Protocolo"), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia ("Justificações").

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi reduzido em R\$ 193.450, sendo a referida redução integralmente destinada à conta de capital social, com o cancelamento de 3.513.739 ações ordinárias, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreende aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.

Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:

	Acervo patrimonial em 30/11/2013
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	686
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231
Estoques	18.484
Impostos a recuperar	7.016
Outras contas a receber	581
	30.998
Ativos não circulantes	
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338
Partes relacionadas	178.937
Depósitos judiciais	14.442
Impostos a recuperar	11.596
Imobilizado	174.973
	382.286
	413.284
Total dos ativos	
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	25.662
Impostos e contribuições a recolher	4.681
Partes relacionadas	7.486
Outras contas a pagar	7.632
Adiantamento de clientes	1.842
	70.013

Acervo patrimonial em 30/11/2013

Passivos não circulantes		
Empréstimos e financiamentos		100.528
Receita diferida		6.799
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis		32.190
Partes relacionadas		5.958
Outras contas a pagar		1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.813
		149.821
Total dos passivos		219.834
Patrimônio líquido contábil		193.450

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	947	23.064
Aplicações financeiras	194.883	16.131
Total	195.830	39.195

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 75% a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (99% a 100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

A variação significativa do período decorre da liberação de nova emissão de debêntures conforme nota explicativa nº 15.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no montante de R\$ 116.505 (R\$ 116.725 em 31 de dezembro de 2012), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato nos anos de 2027 e 2028, respectivamente, e remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Clientes	-	9.323
Provisão para redução do valor recuperável	-	(3.281)
	-	6.042

Não Circulante

Crédito com Companhia pública e autárquica - RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.	-	2.338
Total	-	8.380

O saldo de contas a receber de clientes foi integralmente absorvido pelo acervo patrimonial cindido e incorporado pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver nota explicativa nº 4).

	31/12/2013	31/12/2012
Composição da carteira por idade de vencimento		
A vencer	-	3.478
De 1 a 30 dias	-	2.350
De 31 a 60 dias	-	165
De 61 a 90 dias	-	101
De 91 a 180 dias	-	5
Acima de 181 dias	-	5.562
Total	-	11.661

Movimentação da provisão no exercício

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial em 31/12/2012	3.281	2.654
(+) Constituição de provisão no exercício	253	880
(-) Reversão de provisão no exercício	(1.094)	(253)
(-) Baixa por cisão patrimonial parcial	(2.440)	-
(=) Saldo final em 31/12/2013	-	3.281

8. ESTOQUES

	31/12/2013	31/12/2012
Almoxarifado	812	16.583
Outros	-	3.162
Total	812	19.745

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	29.131	36.116
ICMS sobre ativo imobilizado	52.932	58.850
COFINS	9.915	9.591
COFINS sobre ativo imobilizado	12.185	15.958
PIS	2.289	2.220
PIS sobre ativo imobilizado	2.717	3.535
IRPJ sobre aplicação financeira	9.449	9.008
Outros	637	2.607
Total	119.255	137.885
Circulante	10.086	29.928
Não Circulante	109.169	107.957

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Nova Transnordestina, conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis a partir do início das operações da Nova Transnordestina.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado, a partir do mês de agosto de 2004. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos que são realizados através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

10. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo a parte da operação atual apropriada mensalmente ao resultado, e a parte referente ao Projeto Nova Transnordestina capitalizada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, bem como, de seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

11. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013, os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Controladora

A controladora direta da Companhia é a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, detendo 77,3% de participação (76,1% em 31 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia não incorreu em transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços.

A Companhia realizou as demais transações a seguir listadas com estas partes relacionadas diretas e indiretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Trans- nordestina Logística S.A.	BNDES	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Juros capitalizados (c)	37.942	1.275	16.779	-	55.996	17.414
Passivo						
Empréstimos e						
Financiamentos (a)	-	-	279.283	-	279.283	408.111
Adiantamento para futuro						
aumento de capital (b)	-	-	-	200.000	200.000	121.262
Contrato de mútuo (c)	267.943	104.182	-	-	372.125	209.276
Resultado						
Despesas financeiras, líquidas	826	-	7.996	-	8.822	19.188

Movimentação

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas (a)	Depreciação	Sinistro	Transferência	Baixa por cisão parcial (d)	Saldo em 31/12/2013
Imobilização em operação, líquida								
Máquinas e equipamentos	16.721	-	(7.382)	(972)	-	663	(9.030)	-
Vagões e veículos	2	-	-	(1)	-	-	(1)	-
Benfeitoria em propriedade arrendada (b)	219.284	-	-	(9.473)	-	147	(209.958)	-
Trilhos	6.556	-	-	(391)	-	-	(6.165)	-
Dormentes	10.794	-	-	(3.829)	-	-	(6.965)	-
Equipamentos de telecomunicação	66	-	-	(21)	-	2	(47)	-
Lastro	4.736	-	-	(279)	-	-	(4.457)	-
Outras imobilizações	6.201	-	-	(72)	-	64	(6.193)	-
	264.360	-	(7.382)	(15.038)	-	876	(242.816)	-
Imobilização em andamento - Geral (c)	4.506.074	802.112	(10.881)	-	2.653	(876)	(211.453)	5.087.629
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	-	-	-	-	279.296	-
Total	4.770.434	522.816	(18.263)	(15.038)	2.653	-	(174.973)	5.087.629

(a) A baixa em Imobilizações em andamento, refere-se a reclassificação de R\$ 10.069 referente a softwares relacionados ao Projeto SAP para o Ativo Intangível e de R\$ 812 referente a peças sobressalentes para o Estoque.

(b) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1, representadas por:

	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação % 31/12/2013	Taxa anual de depreciação % 31/12/2012
Edificações	25 anos	-	4,00
Via permanente	60 anos	-	1,66
Veículos	10 anos	-	10,00
Locomotivas	25 anos	-	4,00
Vagões	30 anos	-	3,33
Instalações	10 anos	-	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	-	5,00

(c) Mais detalhes sobre a natureza das obras em andamento ver nota explicativa nº 1.

(d) Mais detalhes sobre a natureza das obras em andamento ver nota explicativa nº 4.

De acordo com a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$ 180.488 (R\$ 123.019, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Opção pelo custo histórico

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16) e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Adicionalmente a totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrada nas obras em andamento. Os demais ativos oriundos da RFFSA e que fazem parte do contrato de concessão estão totalmente depreciados.

(a) BNDES - Financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina. Ver nota 13 para detalhes adicionais.

(b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pela controladora.

(c) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto a controladora possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.

b. Honorários da Diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Transnordestina Logística S.A. inclui os membros do Conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Transnordestina Logística S.A. apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumulada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	31/12/2013
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	4.106

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2013	
		Custo	Líquido
Imobilização em andamento - Geral (c)	-	5.087.629	5.087.629
Total	-	5.087.629	5.087.629
	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2012	
		Custo	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	25.636	16.721
Vagões e veículos	20	663	2
Benfeitoria em propriedade arrendada (b)	-	322.552	219.284
Trilhos	4	11.765	6.556
Dormentes	19,39	61.766	10.794
Equipamentos de comunicação	20	934	66
Lastro	3,33	8.444	4.736
Outras imobilizações	15	7.356	6.201
Total imobilizado em operação	-	439.116	264.360
Imobilização em andamento - Geral (c)	-	4.506.074	4.506.074
Total	-	4.945.190	4.770.434

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2012 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: (i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio líquido que não divergem do seu valor contábil; (ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderiam afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; (iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos. Nesta análise, a Companhia avaliou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado considerando a existência de apenas uma unidade geradora de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a cisão desproporcional da Companhia ocorrida em dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da malha I (em operação) e da malha II (projeto Nova Transnordestina). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 279.296, reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano e 8,5% na análise efetuada em 31 de dezembro de 2012.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado do exercício.

13. FORNECEDORES

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedor para aquisição de imobilizado	32.550	225.000
Outros	-	62.167
Total	32.550	287.167

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2013	31/12/2012
BNDES (a)	2019	TJLP + 1,50% a.a.	279.283	408.111
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	319.765	299.943
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	19.844	17.506
BB (**)	-	-	-	-
Total	-	-	618.892	725.560
(-) Circulante	-	-	(15.569)	(39.971)
Não Circulante	-	-	603.323	685.769

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Movimentação

Tipo	Saldo em 31/12/2012	Adições/Liberações	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Reclassificação	Baixa por cisão parcial	Saldo em 31/12/2013
BNDES (a)	408.111	-	24.775	(22.598)	(8.123)	2.338	-	(125.220)	279.283
BNB (b)	299.943	24.518	28.944	(5.357)	(28.283)	-	-	-	319.765
Banco Itaú (c)	17.506	2.323	987	-	(972)	-	-	-	19.844
BB (**)	-	-	-	-	-	-	970	(970)	-
Total	725.560	26.481	54.706	(27.955)	(37.378)	2.338	970	(126.190)	618.892

(*) A atualização financeira inclui R\$ 32.759 capitalizado e R\$ 21.947 de despesa de juros, estando apresentada líquida das amortizações dos custos de transação no valor de R\$ 2.338.

(**) Referente à reclassificação da conta garantida utilizada no saldo de R\$ 970, em 31 de dezembro de 2013, anteriormente apresentada de forma líquida no saldo de "Caixa e bancos", demonstrado na nota explicativa nº 4.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2027.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia amortizou o montante de R\$ 30.721 (R\$ 36.260 em 31 de dezembro de 2012) sendo R\$ 22.598 (R\$ 24.653 em 31 de dezembro de 2012) de principal e R\$ 8.123 (R\$ 11.607 em 31 de dezembro de 2012) de encargos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não havia recebido novas liberações de recursos para o Projeto Nova Transnordestina.

Cronograma de desembolsos BNDES

	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	24.839
2014	-	49.616
2015	37.277	46.217
2016 a 2027	242.006	287.439
Total	279.283	408.111

b. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Nova Transnordestina e revitalização da malha atual. A liberação dos recursos restantes está condicionada a prestação de contas da utilização dos recursos liberados.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 26/09/11). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela Controladora. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 28.283 (R\$ 24.622 em 31 de dezembro de 2012) a título de encargos financeiros e de R\$ 5.357 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2012) a título de principal.

Cronograma de desembolsos BNB

	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	14.916
2014	14.426	53.884
2015	13.020	12.693
2016 a 2027	292.319	218.450
Total	319.765	299.943

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

c. Banco Itaú BBA S.A. - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

Em 13 de junho de 2013, a Companhia recebeu a título de liberação parcial o valor de R\$ 2.323, referente a um novo crédito obtido junto ao Banco Itaú no valor total de R\$ 301.713, recursos esses também originários da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tendo por finalidade a aquisição de 886 vagões do tipo HFT, 42 vagões do tipo PET e 286 vagões do tipo GDT, dando assim continuidade ao processo de modernização dos equipamentos da Companhia.

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia havia efetuado desembolsos de R\$ 972 (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2012) a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos Itaú

	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	36
2014	1.143	1.092
2015	2.450	2.184
2016 a 2027	16.251	14.194
Total	19.844	17.506

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, bem como projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

15. DEBÊNTURES

No exercício de 2011, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Até 31 de dezembro de 2013, o montante de debêntures acrescido de juros era de R\$ 2.581.799, conforme abaixo:

	Data da emissão	Principal na data da emissão	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2013	Saldo atualizado em 31/12/2012
1ª Emissão	09/03/2010	336.647	84.544	421.191	397.430
2ª Emissão	25/11/2010	350.270	69.702	419.972	396.281
3ª Emissão	01/12/2010	338.036	67.069	405.105	382.255
4ª Emissão	04/10/2011	468.293	65.623	533.916	503.799
5ª Emissão	19/09/2012	121.860	9.565	131.425	124.012
6ª Emissão	24/06/2013	650.000	20.190	670.190	-
Total		2.265.106	316.693	2.581.799	1.803.777
(-) Circulante				(957)	(81.885)
Não Circulante				2.580.842	1.721.892

Movimentação

	Saldo 31/12/2012	Liberações	Atualização financeira (*)	Amortização de juros	Saldo 31/12/2013
Saldo	1.803.777	650.000	131.123	(3.101)	2.581.799

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

Em 2 de outubro de 2013, ocorreu o 8º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de outubro de 2013, foi adiado para 3 de abril de 2015, em 26 parcelas semestrais e consecutivas.

a. 1ª emissão

Em 9 de março de 2010, a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 336.647 referentes a primeira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	1ª emissão
Série da emissão:	Primeira
Data de emissão:	09/03/2010
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	336.647.184
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 336.647.184,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.
Garantias:	Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização:	Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

b. 2ª emissão

Em 25 de novembro de 2010, a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 350.270 referentes a segunda liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	2ª emissão
Série da emissão:	Segunda
Data de emissão:	25/11/2010
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	350.270.386
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 350.270.386,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.
Garantias:	Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização:	Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

c. 3ª emissão

Em 1º de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a 3ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 338.036 referentes a terceira liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão:	3ª emissão
Série da emissão:	Terceira
Data de emissão:	01/12/2010
Data de vencimento:	03/10/2027
Quantidade:	338.035.512
Valor nominal unitário:	R\$ 1,00
Valor nominal total:	R\$ 338.035.512,00
Juros:	TJLP + 0,85% a.a.
Garantias:	Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
Amortização:	Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Conforme cláusula de conversibilidade, as debêntures poderão ser convertidas em ações pela SUDENE, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou resgate, e respeitando o limite de 50% de cada parcela semestral.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, onde o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

d. 4ª emissão

Em 4 de outubro de 2011, a Companhia efetuou a 4ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 468.293 referentes a quarta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 4ª emissão
 Série da emissão: Quarta
 Data de emissão: 04/10/2011
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 468.293.037
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 468.293.037,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

e. 5ª emissão

Em 19 de setembro de 2012, a Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 121.860 referentes a quinta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 5ª emissão
 Série da emissão: Quinta
 Data de emissão: 19/09/2012
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 121.859.549
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 121.859.549,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

f. 6ª emissão

Em 24 de junho de 2013, a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures. Os recursos captados totalizaram R\$ 650.000 referentes a sexta liberação de recursos do FDNE, para utilização específica na construção da ferrovia do Projeto Nova Transnordestina.

Características da emissão de debêntures (valores em unidades de Reais)

Número da emissão: 6ª emissão
 Série da emissão: Sexta
 Data de emissão: 24/06/2013
 Data de vencimento: 03/10/2027
 Quantidade: 650.000.000
 Valor nominal unitário: R\$ 1,00
 Valor nominal total: R\$ 650.000.000,00
 Juros: TJLP + 0,85% a.a.
 Garantias: Penhor mercantil, Direitos creditórios, Alienação fiduciária e fiança corporativa.
 Amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a primeira em 3 de abril de 2015 e a última em 3 de outubro de 2027.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela semestral de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total da garantia é R\$ 6.360 mil e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 2.672 mil.

Relação das garantias:

- (a) Fiança corporativa da CSN até o limite de 40% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- (b) Fundo de liquidez representado por aplicações financeira em conta corrente;

(c) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;

(d) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais já existentes, restritos ao valor de R\$ 10.535;

(e) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto;

(f) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 168.844.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	1.900	-	1.900	7.134
Trabalhistas (b)	-	3.606	(3.606)	681
Tributárias (c)	-	-	-	(3.262)
Previdenciárias	-	-	-	570
Ativos da RFFSA (d)	-	-	-	774
Passivos ambientais	-	-	-	2.100
Outras contingências (e)	-	-	-	6.158
Multa Poder Concedente (f)	-	-	-	5.200
Total	1.900	3.606	(1.706)	19.355

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2012				31/12/2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas (*)	Utilização	Baixa por cisão parcial (**)	Saldo final
Cíveis	7.285	2.642	(226)	(122)	(7.679)	1.900
Trabalhistas	7.892	2.602	(1.291)	(1.163)	(8.040)	-
Tributárias	2.441	46	-	-	(2.487)	-
Previdenciária	570	114	(684)	-	-	-
Outras provisões	14.232	968	(1.900)	-	(13.300)	-
Total	32.420	6.372	(3.417)	(1.285)	(32.190)	1.900

(*) As baixas ocorridas em 2013 foram decorrentes de diminuição dos valores de riscos, bem como das mudanças de grau dos riscos dos processos.

(**) Ver nota explicativa nº 4.

a. Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001, a parte autora aduz em sua exordial ser "legítima credora da Requerida da importância de R\$ 1.342". A Companhia efetuou o Depósito Judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012 e requereu que o valor depositado em juízo, fosse substituído por fiança bancária. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 1.900.

b. Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 119.702, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra a Aliança, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho contra a Aliança, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Em dezembro de 2013, houve o arquivamento do distrato decorrente da Aliança entre a Transnordestina Logística S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht, no qual está previsto a extinção em caráter definitivo do litígio objeto do processo arbitral. No referido distrato, ficou acordado a quitação da dívida pelo montante de R\$ 118.750 mil, no qual foram realizados acertos de contas, pagamentos e compensações, e cujos valores encontravam-se devidamente provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo as principais causas:

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001149-49.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visa computar na jornada de trabalho as horas de trajeto, além do cumprimento do intervalo intrajornada e a concessão de intervalo para alimentação. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2012).
- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.122 (R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2012).
- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, na esfera trabalhista, processo nº 0001150-34.2011.5.06.0391 em curso na comarca de Salgueiro (PE), visando o cumprimento das normas de Segurança e Medicina do Trabalho. Realizado acordo em janeiro/2012. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 50.000 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2012).
- Auto de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia - PE geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2013, R\$ 13.877 e R\$ 5.020, respectivamente (R\$ 11.970 e R\$ 4.330, respectivamente em 31 de dezembro de 2012).

17. RECEITA DIFERIDA

Em 31 de dezembro de 2012, refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

O saldo de receita diferida foi integralmente absorvido pelo acervo patrimonial cindido e incorporado pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver nota explicativa nº 4).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 31.192.536 ações nominativas (32.046.612 em 31 de dezembro de 2012), sendo 22.909.814 ações ordinárias (23.853.431 em 31 de dezembro de 2012) e 8.282.722 ações preferenciais (8.193.181 em 31 de dezembro de 2012), sem valor nominal.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2013 e dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	31/12/2013	31/12/2012
Taquari Participações S.A.	-	753.324
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.111.790	24.397.350
BNDES Participações - BNDESPAR	1.753.387	1.658.120
FINOR	-	513.582
FINAME	565.755	261.563
BNDES	2.189.729	1.890.798
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	2.571.875	2.571.875
Demais acionistas	-	-
Total	31.192.536	32.046.612

A movimentação de capital durante o exercício findo 31 de dezembro de 2013 ocorreu da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Cisão	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2013
Taquari Participações S.A.	753.324	-	(729.177)	(24.147)	-
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	24.397.350	2.570.122	(2.784.562)	(71.120)	24.111.790
BNDES Participações - BNDESPAR	1.658.120	-	-	95.267	1.753.387
FINOR - BNB	513.582	89.541	-	(603.123)	-
FINAME	261.563	-	-	304.192	565.755
BNDES	1.890.798	-	-	298.931	2.189.729
VALEC	2.571.875	-	-	-	2.571.875
Total	32.046.612	2.659.663	(3.513.739)	-	31.192.536

Em 25 de janeiro de 2013, o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR integralizou 89.541 novas ações nominativas preferenciais, classe "B", sem direito a voto, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 60,58, perfazendo um aumento total no valor de R\$ 5.424.

Em 25 de fevereiro de 2013, a Companhia foi autorizada a transferir 89.541 ações subscritas pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 15 de março foram transferidas 57.421 ações ordinárias a BNDES Participações S.A., sendo 33.274 transferidas pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, e 24.147 transferidas pela empresa Taquari Participações S.A., conforme Termo de Compromisso assumido entre as partes.

Em 20 de maio de 2013, a Companhia foi autorizada a transferir 513.582 ações subscritas pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, sendo 209.390 destinadas ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e 304.192 ao FINAME.

Em 27 de maio de 2013, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 132.527 (cento e trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), mediante a emissão de 2.226.609 (duas milhões, duzentas e vinte e seis mil, seiscentas e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 59,52 (cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 21 de outubro de 2013, a Companhia foi autorizada a transferir 37.846 ações subscritas pela Companhia Siderúrgica Nacional, ao BNDES Participações S.A.

Em 25 de outubro de 2013, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 20.446 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais), mediante a emissão de 343.513 (trezentas e quarenta e três mil, quinhentas e treze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 59,52 (cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 27 de dezembro de 2013, a Companhia reduziu, em decorrência da cisão parcial da Transnordestina Logística S.A., o capital social de R\$ 193.450 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), mediante cancelamento de 3.513.739 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais neste exercício, comparativamente com o exercício de 2012 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2013	31/12/2012
			Total	Total
Prejuízo do exercício			(154.976)	(76.021)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício	25.207.045	8.276.589	33.484.434	29.181.850
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)			(4,7203)	(2,6050)
Prejuízo diluído por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação			(154.976)	(76.021)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	25.207.045	8.276.589	33.484.434	29.181.850
Resultado por ação - diluído (por lote de mil ações)			(4,7203)	(2,6050)
(*) Instrumentos antidiluidores				
Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.				
			31/12/2013	31/12/2012
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:			2.147	1.455
Debêntures				

19. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de serviços de transportes	50.590	62.397
Receita acessórias de serviços de transporte	2.311	2.673
Receita com direito de passagem	17.291	13.443
Receita com gestão patrimonial	3.611	1.948
Total da receita bruta	73.803	80.461

Deduções da receita bruta

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	(6.430)	(7.913)
PIS	(1.246)	(1.331)
COFINS	(5.739)	(6.130)
ISS	(857)	(706)
Deduções e Abatimentos	(1.065)	(73)
	(15.337)	(16.153)
Receita líquida dos serviços prestados	58.465	64.308

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Cientes	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Maior cliente	11.778	16	15.778	20
2º e 3º maiores clientes	15.549	21	28.631	35
Outros	46.476	63	36.052	45
Total	73.803	100	80.461	100

20. DESPESAS POR NATUREZA

Custos

	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	(22.268)	(18.377)
Material	(18.074)	(13.391)
Serviço	(9.538)	(14.412)
Depreciação e amortização	(10.960)	(18.044)
Total dos custos	(60.840)	(64.224)

Despesas com vendas

	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	(1.316)	(1.112)
Serviço	573	(1.425)
Depreciação e amortização	(59)	(63)
Total das despesas com vendas	(802)	(2.600)

Despesas administrativas e gerais

	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	(8.471)	(7.332)
Material	(3.456)	(3.031)
Serviço	(4.450)	(3.483)
Depreciação e amortização	(2.186)	(1.335)
Total das despesas administrativas	(18.563)	(15.181)

Outras despesas (receitas) operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para contingências	1.055	(11.039)
Provisão para provável perda nos estoques	(251)	-
Despesas com arrendamento de bens	(41)	(46)
Despesas com concessão	(2)	(2)
Baixas de créditos não dedutíveis	(17)	(100)
Multas	(3.883)	(625)
Outras despesas	(13.984)	(8.552)
Depreciação e amortização	(2.645)	(106)
Provisão para redução a valor recuperável	(279.296)	-
Recebimento de sinistro	15.716	-
Baixa de ativo	(13.063)	-
Impostos incidentes sobre outras receitas	-	(2.480)
Outras receitas operacionais	-	249
Total das outras despesas operacionais	296.411	(22.595)

21. ACORDOS DE CONCESSÃO

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor pagar até final da concessão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecido no resultado o montante de aproximadamente R\$ 1.664 referente às parcelas do arrendamento e concessão.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Juros	77	1.212
Outros	6.640	7.440
	6.717	8.652
Despesas financeiras		
Juros (*)	(12.462)	(34.496)
IOF (a)	(5.647)	(3.116)
Comissões de fianças bancárias	(4.664)	(2.518)
Outros	(2.788)	(4.251)
	(25.561)	(44.381)
Resultado financeiro	(18.844)	(35.729)

(*) A variação significativa do exercício refere-se a estorno de juros decorrentes de empréstimos específicos ao Projeto Nova Transnordestina, os quais são passíveis de capitalização.

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

(a) Variação do IOF - Refere-se ao significativo aumento de captação de recursos através de contratos de mútuos com a controladora, contratados durante o primeiro semestre de 2013, em montante superior ao mesmo período do ano anterior.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	116.505	116.725
Contas a receber de clientes	-	6.042
Total	116.505	122.767

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	31/12/2013
						Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	618.892	7.264	8.305	52.619	254.034	296.670
Debêntures	2.581.799	155.740	98.366	295.099	885.296	1.147.298
Mútuos	372.125	34.623	42.247	295.255	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	41.839	41.839	-	-	-	-
Total	3.614.655	239.466	148.918	642.793	1.139.330	1.443.968

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	31/12/2012
						Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	725.560	19.411	20.379	105.529	115.020	465.221
Debêntures	1.803.777	-	81.885	224.805	819.754	677.333
Mútuos	209.276	-	43.127	166.149	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	291.974	290.441	-	-	-	1.533
Total	3.030.587	309.852	145.391	496.483	934.774	1.144.087

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 30 de novembro de 2013 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo. O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I (ver nota explicativa nº 4), a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início das operações previsto para setembro de 2016. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

e. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa 22 a.

f. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

g. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos em CDI	311.387	132.856
Passivos em TJLP	2.861.084	2.231.957

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com CDI à taxa de 8,29% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 1 (variação de 25%)	Cenário 2 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	2.861.084	TJLP a 5%	TJLP a 3,75%	TJLP a 2,5%
Despesa financeira		(143.054)	(107.291)	(71.527)
Aplicações Financeiras em CDI	311.387	CDI a 8,29%	CDI a 10,36%	CDI a 12,44%
Receita financeira		25.814	32.267	38.721

Variação negativa	Risco	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Transação				
Empréstimo em TJLP	2.861.084	TJLP a 5%	TJLP a 6,25%	TJLP a 7,5%
Despesa financeira		(143.054)	(178.818)	(214.581)
Aplicações Financeiras em CDI	311.387	CDI a 8,29%	CDI a 6,22%	CDI a 4,15%
Receita financeira		25.814	19.360	12.907

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

A Companhia registrou em 30 de novembro de 2013 o valor de R\$ 178.937 como ativo fiscal diferido, conforme abaixo:

Em 29 de novembro de 2013 a Companhia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) assinaram instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R\$ 526.285 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R\$ 526.285, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R\$ 178.937, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilize seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN pagará R\$ 178.937, devendo o montante ser liquidado até 29 de maio de 2015, corrigido pela variação da taxa Selic. O crédito resultante da operação foi integralmente absorvido pelo acervo patrimonial cindido e incorporado pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (ver nota explicativa nº 4).

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2013, a Companhia possui cobertura de seguros para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1 bilhão e sublimite para danos da natureza de R\$ 50.000, e seguro de responsabilidade civil para a obra com limite máximo de R\$ 50 milhões, ambos com vigência até dezembro de 2015.

26. SINISTRO

Durante o período entre 17 a 20 de junho de 2010, ocorreram fortes chuvas nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Em decorrência, a linha Tronco Sul Recife, que liga Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL), sofreu danos nos vários trechos, desde o km 29 até o km 450, causados por alagamentos em diversas localidades, afetando a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária.

Desde o ocorrido foram realizados, por equipe interna de engenharia e via permanente, diversas vistorias com o objetivo de identificar, registrar e quantificar as perdas oriundas dos incidentes de junho de 2010. A equipe interna foi composta por profissionais com experiência em obras de engenharia/construção e com vasto conhecimento do trecho em questão (antes e depois das intervenções realizadas).

Para quantificação do valor contábil dos diversos itens apurados descritos acima foram utilizados os preços unitários com base nos valores contratados, realizados e registrados nos livros contábeis.

Recebimento de sinistro	(15.716)
Baixa de ativo imobilizado - obras em andamento	13.063

27. COMPROMISSOS FUTUROS

Tendo em vista a previsão de início das operações comerciais da ferrovia Nova Transnordestina em 2016, a Administração da Companhia vem envidando esforços no sentido de firmar contratos de longo prazo junto aos potenciais clientes. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia já possuía aproximadamente R\$ 600 milhões em contratos assinados para prestação de serviços futuros, bem como, um Memorando de Entendimento com vista a transportar minério cujo volume poderá atingir 15 MM/ton. ano.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Transações não oriundas da incorporação de saldos:	31/12/2013
Provisão para fornecedores - imobilizado	32.550
Encargos capitalizados (financiamentos)	32.759
Encargos capitalizados (debêntures)	131.123
Encargos capitalizados (mútuos)	39.217
Rendimentos capitalizados	22.611
Integralização de AFAC	152.975
Baixa de Ativo Imobilizado	7.382
Cessão de créditos de prejuízos fiscais	78.937
Liquidação do saldo a receber das variações patrimoniais através de baixa de débitos com partes relacionadas	25.760
Apropriação de despesas antecipada de seguro capitalizada	3.799

continua...

Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 02.281.836/0001-37 – Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Transações oriundas da incorporação de saldos:

- Reconhecimento de bens, direitos e obrigações em decorrência de cisão societária (ver nota explicativa nº 4):

	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	(686)
Contas a receber de clientes e outros créditos	(6.569)
Estoques	(18.484)
Impostos a recuperar	(18.612)
Outras contas a receber	(581)
Partes relacionadas (saldos ativos)	(178.937)
Depósitos judiciais	(14.442)
Imobilizado	174.973
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	126.910
Partes relacionadas (saldos passivos)	13.444
Outras contas a pagar	9.165
Adiantamento de clientes	1.842
Receitas diferidas	6.799
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	32.190
Adiantamento para futuro aumento do capital	2.813
Capital social	193.450

29. TERMOS E ACORDOS FIRMADOS

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou o (i) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Nordeste, que compreende os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuri, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau ("Malha I") e de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II"), para nele incluir as obrigações assumidas pela TLSA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLSA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

Também foram assinados nesta data, (i) um novo Acordo de Acionistas da TLSA entre CSN, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE ("FDNE") e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), com a interveniência da TLSA, cuja eficácia fica condicionada à cisão desproporcional da TLSA, a ser implementada nos termos da Resolução ANTT nº 4.042/2013; e (ii) o

Acordo de Investimentos entre CSN, Valec e FDNE, com a interveniência da TLSA, que, além de outros temas, trata do novo orçamento e das fontes de recursos que precisarão ser aportados na TLSA ou financiados para a implantação da Malha II.

A assinatura destes instrumentos tem por objetivo o reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão da Malha Nordeste, levando à prorrogação do período de concessão governamental para exploração dos serviços da Malha II, que poderá chegar até 2057, e a segregação dos ativos líquidos ligados à Malha I, os quais serão incorporados em uma nova Companhia. A cisão é importante para as duas Companhias (cindida e incorporadora), na medida em que resultou em benefícios às operações e aos negócios das sociedades envolvidas, de ordem administrativa, econômica e financeira.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 7 de janeiro de 2014, houve ingresso de R\$ 200 milhões na Companhia referente a aporte realizado pela acionista Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. a título de adiantamento para futuro aumento de capital, a ser integralizado no primeiro trimestre de 2014.

Em 7 de janeiro de 2014, a Companhia efetuou a liquidação de contratos de mútuo com a Companhia Siderúrgica Nacional no montante de R\$ 180 milhões.

DIRETORIA

Ricardo Fernandes Diretor de Finanças e Administração	Edison Pinto Coelho Diretor de Planejamento e Engenharia
---	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Benjamim Steinbruch Conselheiro	Yoshiaki Nakano Conselheiro
Antônio Bernardo Vieira Maia Conselheiro	Raquel de Souza Lima Conselheira
Arno Schwarz Conselheiro	Luiz Carlos de Almeida Júnior Conselheiro
	Marília Dalva Costa Vieira Conselheira

Rodrigo Nogueira Silva – CRC CE 023.516/O-8 – Contador Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de

dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia após a cisão parcial de seus ativos para a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., encontra-se em fase de construção do Projeto Transnordestina. Este projeto conta com recursos de seus acionistas, e está sendo executado em conformidade com o acordo de investimento celebrado por seus acionistas, em 20 de setembro de 2013. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de 2012

As demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por nós, que emitimos relatório datado de 26 de março de 2013 com parágrafo de ênfase relacionado à continuidade dos negócios da Companhia.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE
Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/O-8 "T" BA "S" CE

Deloitte.